

#### **4. PROGNÓSTICO**

O objetivo do prognóstico é poder prever sobre as transformações que ocorrem na paisagem, resultados de processos naturais, da influência da ação do homem, ou de ambos simultaneamente, assim, contribuir por meio da prognose com a redução da influência das catástrofes naturais, escolha sobre o melhor caminho de exploração dos recursos naturais, e o ordenamento do território, tendo como orientação a premissa do desenvolvimento sustentável.

Para isso, se faz necessária a construção do cenário tendencial, a qual tem como base, as informações relativas à situação atual das mesmas, considerando os condicionantes das relações econômicas, possíveis fatores de indução, provenientes do mercado local e globalizado, assim como políticas, planos e programas dos governos estadual e da união e, de estratégias de investimentos em infraestruturas.

O Zoneamento Socioeconômico Ecológico do município de Chapada dos Guimarães, apresentado nesse documento, compreende um recorte do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do estado de Mato Grosso, elaborado na escala 1:250 000, cuja metodologia e procedimentos operacionais, seguem a orientação do Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente. Também foi realizada uma análise e seleção das diretrizes condizentes com a realidade territorial de Chapada dos Guimarães.

A caracterização das unidades socioeconômicas ecológicas foi atualizada conforme os dados trabalhados no Diagnóstico Ambiental de Chapada dos Guimarães.

Destaca-se que o Zoneamento consiste em um importante instrumento de planejamento e gestão territorial, orientador dos investimentos governamentais e das ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, as unidades territoriais menores, como os municípios devem ter seus planejamentos atrelados no indicado pelo governo estadual.

#### **A construção do Zoneamento Estadual**

O princípio da sustentabilidade, norteou o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) do estado de Mato Grosso, cuja proposta teve como base um Diagnóstico Socioeconômico Ecológico, elaborado na escala 1:250 000, estudo da realidade estadual em seus diversos aspectos, ou seja, físico, biótico e socioeconômico.

O estado de Mato Grosso, como resultado da hierarquização do espaço regional e determinação de seus polos urbanos, foi dividido em 12 Regiões de Planejamento - RP, onde Chapada dos Guimarães pertence à RP VI, polo Cuiabá / Várzea Grande. De acordo com potencialidades e/ou fragilidades intrínsecas, foram delimitadas e caracterizadas, no

âmbito de cada região de planejamento, unidades territoriais denominadas de Unidades Socioeconômicas Ecológicas USEE, que deram origem às zonas de uso.

O estudo possibilitou a identificação de indicadores de potencialidades e vulnerabilidades e através deles, o entendimento integrado dos diversos ambientes que compõem o território mato-grossense, o que possibilitou a delimitação e caracterização das zonas e subzonas.

As zonas e subzonas foram avaliadas em sua sustentabilidade, levando em consideração uma análise das Unidades Socioeconômicas Ecológicas (USEE) quanto a Qualidade do Ambiente Natural, Eficiência Econômica e Condições e Qualidade de Vida da População.

Com base nesses conhecimentos, foi possível definir diretrizes de fomento, adequação, redirecionamento e normatização das atividades sociais e econômicas, indicando intervenções e ações para ordenamento territorial.

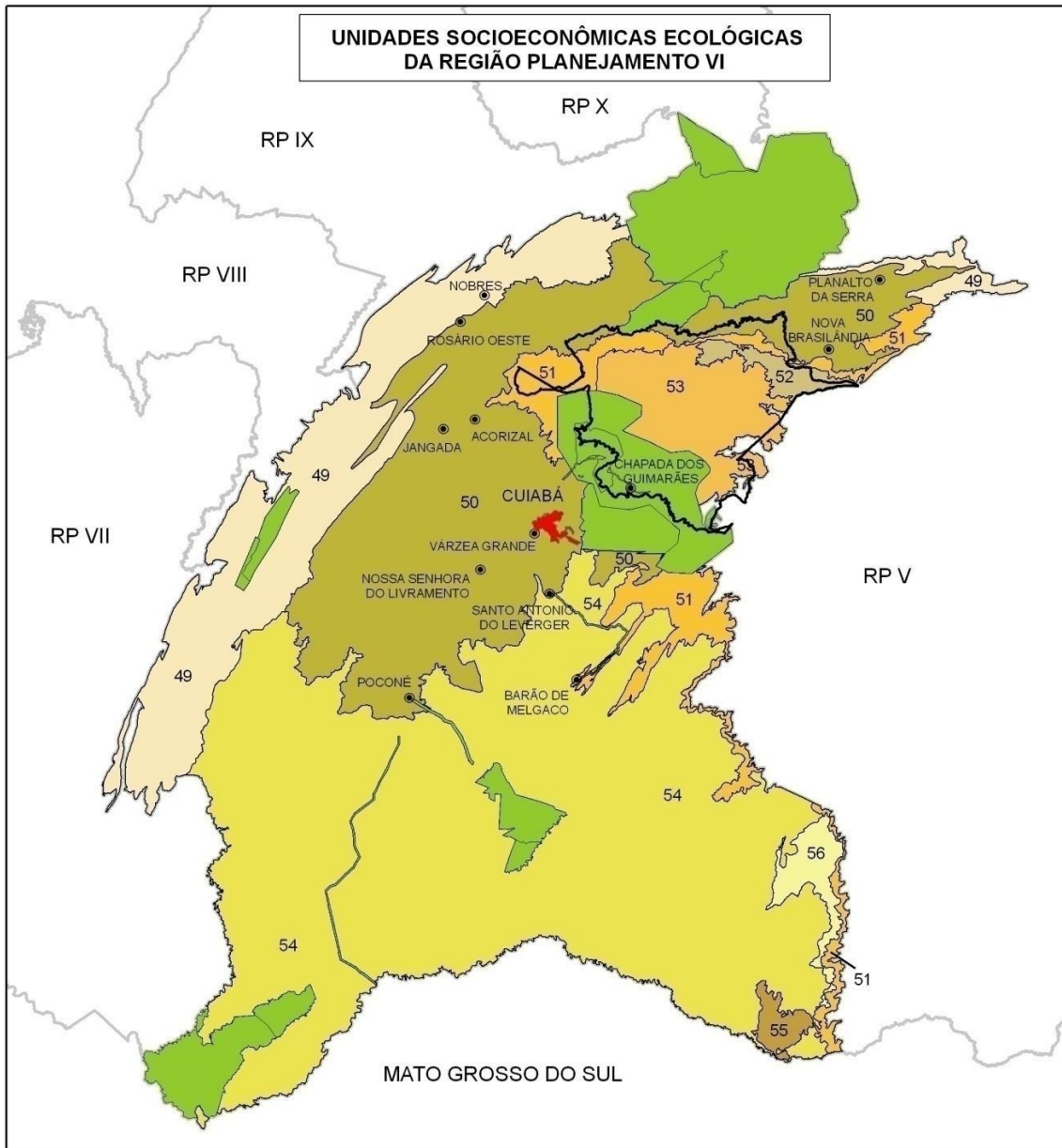
O governo do estado de Mato Grosso apresentou em abril de 2008 sua proposta de zoneamento do estado à Assembleia Legislativa - AL, que promoveu audiências públicas em todas as Regiões de Planejamento. Após este processo de discussão com a sociedade mato-grossense, a Comissão Especial de Zoneamento do AL-MT apresentou uma nova proposta, modificada daquela apresentada pelo governo do estado.

Portanto, neste trabalho apresenta-se inicialmente uma síntese da caracterização das unidades socioeconômicas ecológicas que o município de Chapada dos Guimarães integra, e na sequência a proposta de zoneamento modificada pela AL-MT (que ainda será submetida à votação), destacando apenas as diretrizes que fazem referência ao território do município de Chapada dos Guimarães.

### **Cenário atual e tendencial das Unidades Socioeconômicas Ecológicas que o município de Chapada dos Guimarães integra**

O município de Chapada dos Guimarães pertence à Região de Planejamento VI do estado de Mato Grosso, que possui sete Unidades Socioeconômicas Ecológicas – USEE, conforme mostra a figura 230, e apresenta as USEE números 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55 como também as áreas legalmente protegidas referentes às unidades de conservação e terras indígenas da região.

A Região de Planejamento VI – Cuiabá / Várzea Grande contempla além de Chapada dos Guimarães, as sedes municipais de Cuiabá e Várzea Grande, aglomerado urbano polo desta região, e ainda Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço, Jangada, Acorizal, Nova Brasilândia e Planalto da Serra.



CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

LOCALIDADES

- Capital
- Sede Municipal

ÁREAS LEGAIS

- 

LIMITES

- Limite do Municipio de Chapada dos Guimarães
- Limite das Regiões de Planejamento

REGIÃO DE PLANEJAMENTO VI



UNIDADE SOCIOECONÔMICAS ECOLÓGICAS DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO VI

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	DENOMINAÇÃO DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO	UNIDADE SOCIOECONÔMICAS ECOLÓGICAS -USEE	DENOMINAÇÃO DAS UNIDADES SOCIOECONÔMICAS ECOLÓGICAS -USEE
VI	CUIABÁ/ VÁRZEA GRANDE	49	Provincia Serrana
		50	Baixada Cuiabana
		51	Pi de Serra Norte
		52	Sul de Nova Brasilândia
		53	Planalto do Casca
		54	Pantanal de Cuiabá - São Lourenço
		55	Serra Solitária
		56	Terras Altas Pantaneiras

Figura 230 – Unidades Socioeconômicas Ecológicas da Região de Planejamento VI – MT  
Elaborado por Jonas Ferreira dos Santos, 2009.

Assim, o município de Chapada dos Guimarães possui apenas parte de algumas destas unidades, ou seja, das unidades 50, 51, 52 e 53, e ainda uma pequena porção da unidade 42 pertencente à RP – V, onde neste estudo, faz-se uma síntese atualizada das características destas USEE que o município de Chapada dos Guimarães integra, com base nos dados trabalhados no Diagnóstico Ambiental de Chapada dos Guimarães, lembrando que não é possível dissociar as USEE do seu contexto regional, porém, são ressaltadas as características relevantes ao território de Chapada dos Guimarães.

A **unidade 50 - Baixada Cuiabana** é de grande extensão, porém contempla uma pequena porção rural do território de Chapada dos Guimarães. A unidade contém as sedes urbanas do aglomerado Cuiabá / Várzea Grande e também as de Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Jangada, Acorizal, Nova Brasilândia e Planalto da Serra, atendidas pelo sistema interligado de energia elétrica, e bem estruturadas por rodovias federais e estaduais asfaltadas e estaduais não asfaltadas como as que ligam Planalto da Serra e Nova Brasilândia.

Cuiabá e Várzea Grande apresentavam em 2000 respectivamente uma população de 483.346 e 215.298 habitantes, e em 2007 segundo contagem do IBGE para Mato Grosso, uma população de 526.831 e 230.307 habitantes, representando juntas 26,5% da população do estado, com altas taxas de urbanização, tendo respectivamente 98,52% e 97,34% da população residente na área urbana. Neste período, tiveram uma taxa anual de crescimento de 1,24% (Cuiabá) e 0,97% (Várzea Grande) (SEPLAN, 2008b).

Em 2007, Poconé (31.119 habitantes), Santo Antônio do Leverger (19.197 habitantes) (figura 77), Rosário Oeste (18.031 habitantes) e Nossa Senhora do Livramento (12.386 habitantes) representavam após Cuiabá e Várzea Grande, os mais populosos da região, com destaque à taxa de crescimento anual no período de 2000 / 2007 de 3,17% para Santo Antônio do Leverger (SEPLAN, 2008b).

Já Jangada (8.058 habitantes), Acorizal (5.530 habitantes), Nova Brasilândia (4.891 habitantes) e Planalto da Serra (2.734 habitantes) em 2007, constituíam os menores municípios da região, onde apenas Jangada teve crescimento populacional positivo no período de 2000 / 2007, de 1,76% ao ano, os demais perderam população às taxas de -0,72% (Acorizal), -0,75% (Planalto da Serra) e -2,37% (Nova Brasilândia) (SEPLAN, 2008b).

Em 2000, Cuiabá e Várzea Grande apresentavam IDH - Índice de Desenvolvimento Humano respectivamente de 0,821 e 0,790, considerado alto e médio-alto, estando o de Cuiabá acima da média do estado (0,773) e do recomendado pela ONU (0,800) e, o de Várzea Grande entre estes indicadores. Este índice é devido a maioria dos indicadores sociais

estarem acima da média do estado, como as Taxas de Domicílios com Abastecimento de Água de 91,43% e 78,51%, acima da média do estado (63,67) e do país (77,82), com cobertura na coleta de lixo na maior parte de seus domicílios, as Taxas de Mortalidade Infantil em 1999 eram de 21,61% e 20,28%, abaixo da média do estado (22,9%), e do Brasil que era de 28,3%, as Taxas de Analfabetos de 6,06% e 8,98%, bem menor que a média do estado (15,84%), e os Rendimentos Médios Mensal do Chefe de Família de 7,33 e 4,13 salários mínimos, onde o indicador de Cuiabá apresenta-se acima da média do estado e do Brasil que eram respectivamente de 5,13 e 5,09 salários mínimos, entretanto, pequena a rede de esgoto instalada (SEPLAN, 2005).

Já Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Jangada, Acorizal, Nova Brasilândia e Planalto da Serra, em 2000, apresentavam IDH baixos variando de 0,738 (Planalto da Serra) a 0,655 (Nossa Senhora do Livramento), estando todos abaixo da média do estado (0,773), devido estar a maioria dos indicadores sociais também a abaixo da média do estado, como os Rendimentos Médios Mensal do Chefe de Família variando de 4,02 salários mínimos (Planalto da Serra) a 2,16 salários mínimos (Nossa Senhora do Livramento), abaixo da média do estado (5,13 salários mínimos) e do Brasil (5,09 salários mínimos), as Taxas de Domicílios com Abastecimento de Água variando 58,73% (Planalto da Serra) a 24,96% (Nossa Senhora do Livramento), abaixo da média do estado (63,67) e do país (77,82), entretanto, oferecendo cobertura na coleta de lixo na maior parte de seus domicílios, mas é pequena a rede de esgoto instalada; as Taxas de Mortalidade Infantil em 1999, apenas em Santo Antônio do Leverger e Nossa Senhora do Livramento eram abaixo da média de estado (22,9%) com o índice de 20,28%, tendo como as principais causas de mortalidade infantil as afecções perinatais, más formações congênitas, a desnutrição e as doenças infecciosas e parasitárias; e as Taxas de Analfabetos todas acima da média do estado (15,84%), variando de 17,80% (Planalto da Serra) a 34,10% (Nossa Senhora do Livramento) (SEPLAN, 2005). Chamava a atenção os baixos indicadores sociais de Nossa Senhora do Livramento, uns dos piores do estado.

O IDH do aglomerado Cuiabá / Várzea Grande estavam em 2000 classificados como alto e médio-alto, em situação bem distinta dos demais municípios, onde Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Santo Antônio do Leverger e Rosário Oeste estavam em níveis médio-baixos, e em pior situação, em níveis baixos os municípios de Acorizal, Jangada, Nossa Senhora do Livramento e Poconé. Com exceção do polo regional, a situação dos municípios que compõem esta unidade, é bastante precária quanto às condições de vida, recorrendo ao polo quando requerem melhores serviços urbanos.

O aglomerado urbano Cuiabá / Várzea Grande concentra ainda a maior e mais bem diversificada rede de estabelecimentos de saúde de Mato Grosso, devido a sua capacidade

de atendimento de média e alta complexidade, além de estabelecimentos prestadores de serviços, e um complexo administrativo, comercial e industrial de médio e grande porte.

Destaca-se em Cuiabá a presença de Universidade Federal de Mato Grosso e as particulares, principalmente a Universidade de Cuiabá e Universidade de Várzea Grande, atendendo a estudantes da região e de outras partes do estado.

Devido a maioria da população apresentar indicadores sociais acima da média do estado, a unidade tem uma condição de vida da população altamente satisfatória.

Localizada em ambiente Savânico muito alterado por uma antropização baseada na agropecuária e na exploração garimpeira. Esses usos resultaram numa alteração da Savana Arborizada com Floresta de Galeria, da Savana Arborizada, e em menor proporção de Savana Parque, de Floresta Estacional (próximo a Nova Brasilândia) e das formações associadas a escarpas, reduzindo muito o potencial biótico desses ambientes, contudo as Formações Justafluviais remanescentes ao longo dos rios Aricá Açu, Cuiabá e Manso se encontram relativamente conservadas.

As possibilidades de utilização dos solos para fins agrícolas são limitadas, pois predominam as terras indicadas apenas para silvicultura, as terras aptas para pastagens plantadas, as terras não recomendadas ao uso agrícola e as terras indicadas apenas ao pastoreio extensivo com o uso de pastagens nativas. As terras com aptidão boa a regular para lavouras tecnicada ocorrem em manchas localizadas. O uso dos recursos do solo, baseado predominantemente na pecuária, é considerado incompatível na maioria por sobreutilização, em menor proporção por subutilização, com manchas localizadas de uso compatível. No entorno de Cuiabá e Várzea Grande ocorrem situações de uso incompatível por hiperutilização.

Apresenta uma diversidade de potencialidades quanto aos aspectos minerais, destacando-se a alta e média potencialidade para ouro, média a alta para diamante, alta para calcário, calcário dolomítico e dolomito, e potencial alto para agregados da construção civil (areia, cascalho e argila), cuja exploração ocasionou uma extensa degradação do ambiente, com desfiguração da paisagem, remoção da vegetação, assoreamento de drenagens, disposição inadequada dos rejeitos, principalmente no trecho entre Cuiabá e Poconé resultante da exploração de ouro e de agregados para construção civil, e na região de Nova Brasilândia e Planalto da Serra, relacionada à exploração de diamante.

Cuiabá e Poconé contribuíram em 2006 com 8,86% da produção de ouro do total do estado, destaca-se também a exploração de água mineral, com Chapada dos Guimarães (pertencente a esta unidade na porção rural), Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento e santo Antônio do Leverger responsáveis por 26,98% da exploração estadual, tendo Chapada dos

Guimarães uma produção de 21.388.866 litros, representando 66,07% e 17,83% da produção da região e do estado respectivamente (SEPLAN, 2008a).

As feições de beleza cênica estão representadas pelas bordas escarpadas da região planáltica circundante, das cabeceiras dos rios afluentes ao Pantanal e feições cársticas com grutas, cavernas e corredeiras.

A disponibilidade hídrica superficial é variada, ocorrendo uma grande disponibilidade na região de Cuiabá - Várzea Grande, porções de alta disponibilidade a norte e a sul da unidade e ainda porção de excelente disponibilidade a sudoeste. A qualidade das águas superficiais reflete o grau de antropização e tipo de uso, evidenciada pela baixa qualidade das águas no entorno de Cuiabá - Várzea Grande. No restante da unidade a qualidade varia entre excelente a média. Merece destaque ainda a questão das águas subterrâneas da região do entorno de Cuiabá - Várzea Grande, pois além dos problemas referentes a potencialidade e qualidade das águas superficiais, o aglomerado urbano situa-se em região de média a baixa potencialidade subterrânea.

Quanto às fragilidades naturais, embora a predisposição à erosão seja moderada, processos de erosão emergentes são verificados em associação a obras viárias, bem como assoreamento em extensos trechos de drenagens.

Em decorrência da alteração verificada e de todos os processos de degradação constatados, a qualidade do ambiente natural é altamente insatisfatória.

Do ponto de vista econômico, insere-se no contexto das áreas de ocupação consolidada com muito alto grau de antropização. Pelo fato de sediar o aglomerado Cuiabá - Várzea Grande, o maior núcleo urbano do estado, nela está localizada parte substancial do parque industrial e dos centros comerciais e de serviços. Na porção rural, predomina a pecuária, que constitui a atividade mais significativa, porém fracamente agregadora de valor. A pequena produção e a agricultura empresarial ocupam área muito reduzida, estimando-se que possam tornar-se economicamente significativas apenas a médio-longo prazo. A infraestrutura de apoio urbano-institucional é alta e a oferta de infraestrutura regional corresponde ao sistema superior de atendimento. O nível tecnológico do manejo agropecuário é médio, como também é alta a intensidade da geração de valor adicionado e dos fluxos comerciais, comandados pelas atividades urbanas. O nível de integração ao "Trade turístico" é elevado, em especial o de negócios e aqueles atraídos pelo alto potencial pesqueiro e do ecoturismo, com rede hoteleira moderna, além de rodoviária estruturada e aeroporto internacional.

Nesse contexto, tem-se uma eficiência econômica satisfatória, graças ao desempenho urbano, que não se integra com seu entorno rural, o qual se caracteriza pela baixa densidade e esgarçamento da estrutura produtiva.

Estima-se que o Aglomerado Urbano Cuiabá - Várzea Grande continue consolidando sua posição de metrópole regional, respondendo pelos principais fluxos comerciais e por parcela significativa do Valor da Transformação Industrial, assim como pela nucleação dos principais serviços. Algumas das demais sedes municipais presentes na unidade, como Rosário Oeste e Poconé, também tendem a desenvolver-se ampliando suas funções junto às respectivas áreas de influência. A atividade turística tende a consolidar-se, transformando-se num dos principais segmentos do terciário. No extenso espaço rural, não obstante, as perspectivas são pouco animadoras, pois as duas principais atividades, a pecuária de corte e a produção agrícola tendem à estabilização da área total ocupada. Neste contexto tendem a manter-se a insatisfatória eficiência econômica deste segmento, em confronto com a expansão e consolidação das atividades urbanas.

A consolidação do Aglomerado urbano Cuiabá/Várzea Grande e das demais cidades poderá ocasionar um incremento dos processos de degradação ambiental em curso, representados pela alteração dos padrões de qualidade dos cursos d'água, redução ainda maior do potencial biótico dos remanescentes vegetais, aumento da exploração de materiais de construção civil e intensificação dos processos erosivos, associados a essa exploração e à antropização em geral.

Também em relação ao Aglomerado Cuiabá/Várzea Grande, poderá ocorrer um incremento na demanda por recursos hídricos para atender a ampliação das atividades urbanas e crescimento populacional e conseqüente comprometimento da qualidade dos recursos hídricos superficiais, hoje com qualidade já indicativa da intensa antropização e carência de tratamento dos efluentes. Agravando-se esse quadro tem-se o fato de Cuiabá/Várzea Grande situarem-se numa região de média a baixa potencialidade de água subterrânea.

A presença do polo regional formado pelo Aglomerado Urbano supre a região de serviços e equipamentos sociais, principalmente por reunir um grupo de municípios que se encontram precariamente estruturados. Tais condições devem manter-se, sobretudo pela ausência de oportunidades econômicas nas demais áreas que compõem essa unidade. Estima-se que o crescimento dos municípios mais próximos à Cuiabá/Várzea Grande, se dê impulsionado, principalmente pelo próprio adensamento do polo, num efeito semelhante àquele que faz extravasar as áreas centrais, mantendo o ritmo registrado no último período. As condições gerais de vida devem manter-se, diferenciadas em cada um desses municípios, tendo Cuiabá/Várzea Grande no topo, em nível alto da qualificação, até os níveis muito baixos, já



verificados em municípios mais precários, onde os piores indicadores sociais decorrem da baixa escolaridade da parcela da população economicamente ativa, da baixa renda e das precárias condições de saneamento dos domicílios. De acordo com os investimentos previstos em desenvolvimento social, os municípios de Cuiabá e Várzea Grande deverão receber recursos para as áreas de educação, saúde e habitação, visando atender famílias de baixa renda, além de suprimentos em equipamentos e qualificação de mão de obra.

Ressalta-se a boa estrutura de atendimento ao turista, instalada principalmente em Cuiabá, onde em 2006, contava com uma rede hoteleira que disponibilizava 2.177 leitos, além de rodoviária estruturada e aeroporto internacional (SEPLAN, 2008a).

A **unidade 51 - Pé de Serra Norte** também contempla uma pequena porção rural do território de Chapada dos Guimarães. A unidade possui nela localizada a sede urbana do município de Barão de Melgaço, com acesso por rodovia não asfaltada, tanto pela MT 361 que parte da BR 163, quanto pela MT 040 que sai de Santo Antônio do Leverger, cujo trecho é protegido legalmente por unidade de conservação estadual, na categoria de Estrada Parque. Sua população se relaciona com Santo Antônio do Leverger e com o aglomerado Cuiabá / Várzea Grande, para onde recorrem em caso da necessidade de melhores serviços, qualificada como centro com predomínio de uma única função de caráter regional.

Em 2000 contava com uma população de 7.682 habitantes, e em 2007, a população era de 7.619 habitantes, com um crescimento negativo neste período de -0,12% ao ano, uma taxa de urbanização de 44,06% (SEPLAN, 2008b). Apresentava em 2000 uns dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do estado, tendo o IDH de 0,672, bem abaixo da média do estado (0,773), e do recomendado pela ONU (0,800), esta colocação é devido aos níveis inferiores dos indicadores sociais como o Rendimento Médio do Chefe de Família (2000), com 1,94 salários mínimos, muito abaixo da média do estado que era de 5,13 salários mínimos; a Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água com apenas 44,70%, com pequena porção de rede de esgoto e a coleta de lixo cobrindo menos da metade dos domicílios, a alta Taxa de Analfabetos (2000) de 22,54%, acima da média do estado, de 15,84%, e da alta Taxa de Mortalidade Infantil que em 1999 apresentou um índice de 25,60%, acima da média do estado (22,9%), ainda bastante insatisfatório, mesmo tendo apresentado melhoras se comparado com os indicadores do período de 1990 / 1998 (SEPLAN, 2005).

Embora a sede e parte da porção rural do município de Chapada dos Guimarães constituam território da Área de Proteção Ambiental da Chapada dos Guimarães, considera-se a análise de seus indicadores nesta unidade. Assim, Chapada dos Guimarães criada em 1953 e

distante de Cuiabá apenas 65 km, contava em 2000 com uma população de 15.755 habitantes e em 2007 com 17.377 habitantes, tendo neste período um crescimento demográfico de 1,41% ao ano, sendo 56,84% de sua população total residentes na área urbana (SEPLAN, 2008b).

O Índice de Desenvolvimento Humano em 2000 era de 0,711, abaixo da média do estado (0,773), com uma taxa de analfabetos de 19,98% acima da média do estado (16,73%), rendimento médio do chefe de família com 4,19 salários mínimos, bem abaixo do estado que era de 5,13 salários mínimos, taxa de domicílios com abastecimento de água de 54,59% também abaixo da média do estado que era de 63,67%, a coleta de lixo é insuficiente, atendendo pequena parcela de domicílios, evidenciando condições bastante precárias, contudo, no esgotamento sanitário, onde há pequena extensão da rede, tais condições não são ideais para uma cidade como Chapada dos Guimarães, que é referência ao ecoturismo; e apenas a taxa de mortalidade infantil em 1999 de 20,28% estava em condição um pouco melhor que a do estado (22,9%), como reflexo de uma melhor atuação pública neste setor (SEPLAN, 2005).

Portanto, devido ao baixo desempenho dos indicadores sociais, esta unidade tem uma condição de vida da população altamente insatisfatória.

Do ponto de vista do meio natural, essa unidade abrange formações de transição Savana/Floresta Estacional, com presença de formações florestais e Savânicas, desde as fisionomias florestais até as abertas, e formações associadas a vertentes e grotões de drenagem. Esses ambientes encontram-se moderadamente alterados, estando os remanescentes dessas formações concentrados nas bordas norte e sul do Planalto dos Guimarães. Devido à retirada seletiva de madeira, abertura de clareiras e ampliação dos efeitos de borda, os remanescentes da Floresta Estacional apresentam-se alterados, com estrutura vertical e horizontal irregulares, redução na altura e na composição das espécies vegetais, predominando as secundárias e as de baixo valor econômico. As formações Savânicas estão fragmentadas com sensível redução do potencial biótico.

A potencialidade dos solos é limitada devido ao predomínio de terras não recomendadas para o uso agrícola, mas indicadas para silvicultura ou pastagem nativa. Secundariamente ocorrem terras indicadas com restrição para pastagem plantada e, de forma localizada, ocorrem manchas de terras com boa aptidão a lavouras.

A base de bens naturais compreende ainda, em termos de bens minerais, alto potencial para diamante, alto para rocha ornamental e brita, alto para ouro, não sendo constatadas situações de degradação associada à exploração desses recursos. Os aspectos de beleza cênica estão associados às escarpas da borda do planalto do Casca, da chapada dos

Guimarães e do planalto de São Vicente e às águas termais do planalto de São Vicente e da serra de São Jerônimo. A disponibilidade hídrica superficial é excelente, garantindo uma alta qualidade das águas superficiais. As fragilidades naturais estão relacionadas à predisposição de processos erosivos, porém não são verificadas evidências de sua ocorrência.

Apesar de encontrar-se moderadamente alterada, as limitações naturais à ocupação contribuem para a manutenção de grande parte da cobertura vegetal nas áreas topograficamente mais movimentadas, e o tipo de uso presente garante uma alta qualidade das águas superficiais, tendo uma média qualidade do ambiente natural.

Do ponto de vista econômico, trata-se de uma unidade inserida no contexto das áreas de ocupação consolidada, com taxa de antropização média. A sede municipal de Chapada dos Guimarães apresenta elevado grau de integração com o “*Trade* turístico” constituindo esta atividade o mais importante setor da economia local. Parte do segmento rural deste município está incluído no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, tendendo a complementar a vocação turística local. No meio rural, onde se verifica uma ampla predominância da pecuária desenvolvida em médios e grandes estabelecimentos, as atividades realizadas são de baixa rentabilidade e fracamente agregadoras de valor. A oferta de infraestrutura regional se qualifica como de nível superior de atendimento e o manejo agropecuário é desenvolvido com nível médio de tecnologia. A oferta de apoio de infraestrutura urbano-institucional é baixa, o mesmo se verificando quanto à geração de valor adicionado e intensidade dos fluxos comerciais. A estrutura produtiva da unidade mostra-se ainda pouco densa e desintegrada, caracterizando baixa eficiência econômica.

Chapada dos Guimarães tende a consolidar-se como centro turístico regional de modo desvinculado do restante do segmento rural, especialmente aquele não incluído em áreas de preservação. Nesta porção, a implementação em escala significativa de atividades geradoras de maior dinâmica econômica, parece pouco provável no curto e médio prazo, de modo que tenderá a permanecer a situação de baixa eficiência econômica.

O discreto crescimento de Chapada dos Guimarães, ou mesmo perda de população em Barão de Melgaço, ocorrido no último período, demonstram que as tendências deverão manter-se para os próximos anos, não alterando para melhor as atuais altamente insatisfatórias condições de vida da população, pela ausência de investimentos sociais na região. Não há previsão de melhoria significativa na infraestrutura da região, à exceção de algumas melhorias viárias no acesso à Chapada dos Guimarães.

A perspectiva de consolidação das atividades turísticas poderá ocasionar pressão sobre feições de beleza cênica e nos ambientes que já se apresentam moderadamente alteradas, com redução do potencial biótico.

A **unidade 52 - Sul de Nova Brasilândia** possui superfície reduzida quando comparada com as demais unidades desta região, mas formada predominantemente por áreas rurais do município de Chapada dos Guimarães e, em menor expressão do município de Nova Brasilândia, caracteriza-se pela deficiência de infraestrutura e sistemas de atendimento precários, pode-se inferir que as áreas rurais desses municípios não são distintas em termos de qualidade de vida do que suas respectivas sedes, tendo, portanto, uma altamente insatisfatória condição de vida da população.

Unidade situada em ambiente Savânico, onde estão presentes as fitofisionomias de Savana Arborizada, Savana Parque e Savana Arborizada com Floresta de Galeria, em ambiente muito alterado e com significativa redução do potencial biótico. Os encaves de formações Florestais em grotões de drenagem e as Florestas de Galeria apresentam ainda bom estado de conservação em meio às áreas antropizadas.

Com referência à aptidão agrícola, predominam as terras com aptidão regular para agricultura tecnificada, seguidas pelas terras indicadas com restrições para pastagem plantadas, ocorrendo ainda terras não indicadas ao uso agrícola. A disponibilidade hídrica superficial é alta, garantindo um padrão de qualidade das águas entre grande e excelente, em função da ocupação e dos usos locais.

Devido à predisposição alta à erosão concentrada, são verificados processos de erosão emergente relacionados a antropização generalizada e implantação de malha viária. Em decorrência dos processos de redução da cobertura vegetal e do potencial biótico e da ocorrência de processos de degradação por erosão emergente, a qualidade do ambiente natural é insatisfatória.

Inserida no contexto das áreas de ocupação consolidada, apresentando taxa de antropização muito alta. A principal atividade econômica é a pecuária, desenvolvida em grandes e médios estabelecimentos, com baixa agregação de valor. Outras atividades, como a agricultura empresarial e mesmo a produção de alimentos por pequenos produtores, são pouco significativas em termos territoriais e econômicos. Com relação a outros recursos naturais, a oferta é limitada com exceção do potencial pesqueiro.

A oferta de infraestrutura urbano-institucional é baixa e a infraestrutura regional se classifica como sistema inferior de atendimento. Por outro lado, a geração de valor adicionado e o

nível tecnológico do manejo agropecuário são baixos, neste contexto a eficiência econômica é caracterizada como insatisfatória.

A atividade predominante, a pecuária desenvolvida de modo extensivo, apresenta baixa rentabilidade e tende a estabilizar a área total ocupada. A implementação em escala significativa de atividades geradoras de maior dinâmica econômica, parece pouco provável no curto e médio prazo, de modo que tenderá a permanecer a situação de insatisfatória eficiência econômica.

A estabilização da área destinada a pastagens deverá atenuar a pressão sobre os ambientes, possibilitando a recuperação do potencial biótico dos remanescentes vegetais, muito alterados. Essa manutenção poderá também evitar a intensificação dos processos erosivos, uma vez que se trata de uma área com alta predisposição à erosão e limitações ao uso agrícola.

A **unidade 53 - Planalto do Casca** é formada por áreas rurais do município de Chapada dos Guimarães e, em menor expressão do município de Campo Verde, com ocupação recente de chácaras e lotes rurais no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica do rio Manso (UHE), pode-se inferir que a área rural desses municípios não é distinta em termos de qualidade de vida do que suas respectivas sedes, tendo, portanto, uma altamente insatisfatória condição de vida da população.

Localizada no domínio das formações Savânicas, em menor proporção por formações do contato Floresta Estacional/Savana e localmente Savana Arborizada associada às vertentes com encaves de Formações Florestais em grotões de drenagem. Essas formações encontram-se moderadamente alteradas e perturbadas pela pressão antrópica, com progressiva perda do potencial biótico. A obtenção de índices de diversidade das espécies de valores médios para as áreas de cerrado nesta região, também é indicativa da redução do potencial biótico local.

Quanto à aptidão agrícola, tem-se o domínio das terras com restrições para pastagens plantadas, devido ao grande período de deficiência hídrica no solo. O uso dos recursos do solo é baseado na agropecuária com predomínio de pastagens.

Como outro potencial natural destaca-se o potencial mineral alto para diamante, ao longo dos rios Quilombo e Jangada, alto para calcário, calcário dolomítico e dolomito. Em relação à disponibilidade hídrica superficial, apresenta uma disponibilidade de alta a excelente, com uma qualidade excelente. As fragilidades naturais estão relacionadas à predisposição à erosão concentrada, com evidências de erosão concentrada associada à antropização

generalizada e à execução de obras viárias, e a presença subordinada de solos colapsíveis nos interflúvios.

Considerando-se os aspectos de fragilidade natural, a presença de processos de degradação emergentes, o grau de antropização responsável por uma progressiva redução do potencial biótico, pode-se atribuir à unidade uma qualidade do ambiente natural baixa.

Em termos econômicos trata-se de uma unidade com médio grau de antropização, inserida em área de ocupação consolidada. Situada de modo adjacente à A.P.A. da Chapada dos Guimarães, seu potencial turístico é explorado a partir das infraestruturas localizadas na sede municipal da Chapada dos Guimarães. A principal e amplamente predominante atividade econômica é a pecuária, sendo ela desenvolvida em grandes e médios estabelecimentos, com baixa agregação de valor. Outras atividades, como a agricultura empresarial e a produção de alimentos por pequenos produtores, são pouco significativas em termos de área ocupada. Parte do segmento rural, especialmente aquele mais próximo do reservatório da UHE, está sendo crescentemente ocupado por chácaras de lazer. Esta unidade carece ainda de centro urbano prestador de serviços. Desse modo, a oferta de infraestruturas urbano-institucionais é baixa, o mesmo se verificando quanto à agregação de valor e intensidade dos fluxos comerciais, neste contexto a eficiência econômica é insatisfatória.

A atividade predominante, a pecuária desenvolvida de modo extensivo, apresenta baixa rentabilidade e tende a estabilizar a área total ocupada. A implementação em escala significativa de atividades geradoras de maior dinâmica econômica, parece pouco provável no curto e médio prazo, de modo que tenderá a permanecer a situação de insatisfatória eficiência econômica no meio rural. Em contrapartida deverá expandir-se a área ocupada por loteamentos para chácaras de lazer, existindo também indicações quanto à exploração do potencial mineral, especialmente no que se refere ao calcário.

A estabilização da área destinada a pastagens deverá atenuar a pressão sobre os ambientes, possibilitando a recuperação do potencial biótico dos remanescentes vegetais, já moderadamente alterados. Essa manutenção da atividade rural poderá também evitar a intensificação dos processos erosivos, uma vez que se trata de uma área com alta predisposição à erosão e restrições ao uso agrícola. No entanto, a expansão de área destinada a loteamentos poderá ocasionar o desencadeamento de processos erosivos, com aporte de sedimentos para o reservatório da UHE Manso.

A unidade tem grande potencial turístico, dado pelas cabeceiras dos rios que alimentam o pantanal do Paraguai, e enclaves de formações florestais em grotões de drenagem, chapada dos Guimarães, e também pela presença do reservatório do Manso.

A **unidade 42 – Planalto de Primavera do Leste** pertence à Região de Planejamento V – Rondonópolis, onde o município de Chapada dos Guimarães possui uma pequena porção territorial, mas de grande importância, pois é nela que se encontra desenvolvido a atividade da agricultura moderna.

Esta unidade contém as sedes urbanas de Primavera do Leste, Campo Verde, Juscimeira e Santo Antônio do Leste, onde destaca-se a função urbana exercida por Primavera do Leste, como referência dos municípios produtores de grãos e como prestador de serviços para a pequena e média empresa.

O núcleo urbano de Primavera do Leste está a 239 quilômetros de Cuiabá, ligada a Rondonópolis pela MT 130 e a Campo Verde pela BR 070. Em 2000 contava com uma população de 39.857 habitantes, e em 2007, 44.729 habitantes, sendo destes, quase 92% encontravam-se na sede urbana, com uma taxa de crescimento neste período de 1,66% ao ano (SEPLAN, 2008b).

Campo Verde possuía em 2000, 17.221 habitantes, e em 2007, saltou para 25.924 habitantes, neste período teve um crescimento populacional acelerado de 6,02% ao ano, com uma taxa de urbanização de 78,09% (SEPLAN, 2008b). Encontra-se ligada a Cuiabá pelas rodovias 070/364 e recentemente asfaltada a MT 251 passando por Chapada dos Guimarães.

Já Juscimeira, em 2000 contava com uma população de 12.063 habitantes, e em 2007, com 11.830 habitantes, tendo uma taxa de crescimento negativa de -0,28% ao ano, com uma taxa de urbanização de mais de 73% (SEPLAN, 2008b).

Santo Antônio do Leste, município criado em 1998 e instalado em 2001, não teve em 2000 calculado o seu índice de desenvolvimento humano. Contava em 2000 com uma população de 1.881 habitantes, e em 2007 apresentou 3.249 habitantes, acusando um alto crescimento populacional neste período, 8,12% ao ano (SEPLAN, 2008b).

Essa unidade não é homogênea quanto ao IDH, dos 4 municípios com núcleos urbanos localizados, Primavera do Leste e Campo Verde em 2000, apresentaram índices altos de 0,805 e 0,800 respectivamente, bem acima da média do estado (0,773), e acima ou igual ao recomendado pela ONU (0,800) (SEPLAN, 2005).

Primavera do Leste e Campo Verde refletem elevados IDH por serem também elevados os índices de Rendimentos Médios Mensal do Chefe de Família que em 2000 eram de 7,05 e 6,80 salários mínimos, acima da média do estado e do Brasil que eram respectivamente de 5,13 e 5,09 salários mínimos, provavelmente decorrentes da melhor remuneração advinda

das atividades agrícolas altamente mecanizadas que se desenvolvem na região, tais cifras, porém, não se traduzem necessariamente em bons indicadores da habitação; as Taxas de Analfabetos em 2000 que eram respectivamente de 6,51% e 9,28% apresentavam índices bem melhores que a média do estado (15,84%), com a maior parte dos chefes de família possuindo escolaridade média. No entanto, as Taxas de Mortalidade Infantil (1999), de 35,14% nestes municípios estava bem acima da média do Estado (22,9%); bem como a Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água (2000) de Primavera do Leste com 45,15% era ainda baixa, estando abaixo da média do estado (63,67%) e do País (77,82%), o que não se verifica com Campo Verde, que apresentou 74,93% dos domicílios atendidos (SEPLAN, 2005), e quanto ao esgotamento sanitário, os dois municípios encontram-se em níveis baixos, entretanto quanto à coleta de lixo, os níveis de atendimento são altos.

Juscimeira com IDH de 0,718 apresentava classificação baixa, o que vale dizer que a maioria dos indicadores sociais encontrava-se abaixo da média do estado e sua população depende de cidades com melhores equipamentos sociais, tendo o Rendimento Médio Mensal do Chefe de Família em 2000, de 3,04 salários mínimos, abaixo da média do estado e do Brasil; a Taxa de Mortalidade Infantil em 1999, de 28,85% acima da média do estado (22,9%) e do Brasil (28,3%), sendo as principais causas de morte da população infantil atribuída à doenças decorrentes de afecções originadas no período perinatal; a Taxa de Analfabetos em 2000 de 21,91%, acima da média do estado (15,84%), no entanto, a Taxa de Domicílios com Abastecimento de Água (2000) de 67,56%, apresenta-se acima da média do estado (63,67%) (SEPLAN, 2005), bem como cobertura da coleta de lixo que atinge a maioria dos domicílios, no entanto o esgotamento sanitário, encontra-se em nível baixo.

Devido a maioria da população desta unidade apresentar uma condição médio-alta de seus indicadores sociais, sua classificação quanto a condição de vida da população é satisfatória.

Do ponto de vista do meio natural, é recoberta por Formações Savânicas, Savana Arborizada com Floresta de Galeria, Savana Parque com Floresta de Galeria e Savana Florestada e de depressões úmidas (covoais) em ambiente muito alterado pela ocupação, que ocasionou a fragmentação e acentuada redução do potencial biótico.

A aptidão agrícola é dada pelo predomínio de terras boas para lavouras para manejo tecnificado (localizadas nos topos) e de terras com aptidão regular para lavouras em manejo tecnificado, ocorrendo em menor proporção terras com restrições para pastagens plantadas, terras com aptidão para pastagem natural e terras sem aptidão para o uso agrícola. O uso dos recursos do solo baseia-se na agropecuária, com predomínio de culturas anuais (nos topos) e da atividade pecuária (nas encostas e vales).

A potencialidade mineral é localizada, dada por um alto potencial para diamante.



Os aspectos de interesse cênico compreendem águas termais em Juscimeira, cavernas, cachoeiras e corredeiras. A disponibilidade hídrica superficial é alta, garantindo uma qualidade de excelente à média em decorrência da elevada antropização que a unidade apresenta.

As fragilidades naturais referem-se à alta predisposição à erosão concentrada, com ocorrência de processos de erosão emergente associados à antropização generalizada e implantação de malha viária, destacando-se a concentração de voçorocas ao sul de Nova Brasilândia; de processos de erosão laminar nas áreas cultivadas; à ocorrência de solos colapsíveis nos altos interflúvios, e à presença de covóis nas proximidades de Santo Antônio do Leste e ao norte de Primavera do Leste.

Considerando-se a extensiva substituição da cobertura vegetal natural por agricultura e pastagem, o reduzido potencial biótico dos remanescentes vegetais existentes, a ocorrência de processos degradacionais por erosão concentrada e laminar e a qualidade das águas superficiais indicando alterações dos padrões qualificadores, a qualidade do ambiente natural é considerada altamente insatisfatória.

Em termos econômicos, apresenta muito alta taxa de antropização e situa-se no contexto das áreas recentemente consolidadas. Nos topos dos chapadões, predomina a agricultura empresarial de grãos, algodão e cana-de-açúcar, esta última nas proximidades de Juscimeira, em menor proporção.

Campo Verde destacou-se em 2006, com o primeiro lugar no ranking dos maiores produtores de algodão herbáceo do estado, com 220.641 toneladas, de mesma forma Primavera do Leste, com 116.594 toneladas de algodão herbáceo, despontou com o terceiro lugar entre os maiores produtores do estado, bem como também ocupou o nono lugar entre os maiores produtores de soja com 550.440 toneladas produzidas (SEPLAN, 2008b).

As vertentes e vales encontram-se ocupados por pastagens, sendo diversificada a capitalização empregada nesta última. Estas atividades refletem-se especialmente nos municípios de Primavera do Leste e Campo Verde, nas quais se multiplicaram os serviços de apoio a produção, infraestruturas de armazenagem e empresas de comercialização, abrindo-se perspectivas para a atuação de grandes unidades agroindustriais.

A infraestrutura de apoio regional está classificada como sistema superior de atendimento e a geração de valor adicionado e correspondentes fluxos comerciais são de alta intensidade. O nível tecnológico do manejo agropecuário também é classificado como alto. Neste contexto, a estrutura produtiva vem ganhando organicidade, passando a caracterizar satisfatória eficiência econômica.

As tendências predominantes atuam no sentido de incrementar a densidade da estrutura produtiva, com a expansão territorial da produção de grãos e da pecuária, com a paralela estabilização da área total ocupada pelas culturas de cana-de-açúcar e algodão sendo que no caso deste último, as tendências são no sentido de incremento da produtividade. Nas sedes urbanas de Primavera do Leste e Campo Verde a tendência é de adensamento dos serviços de apoio à produção e de atração de unidades de processamento da produção primária, constituindo um novo polo agroindustrial.

A expansão da área destinada a pastagens e à agricultura moderna de grãos deverá acentuar a pressão sobre os ambientes já muito alterados, reduzindo ainda mais o potencial biótico dos remanescentes vegetais e interferências em feições específicas como os covaais. Mesmo apresentando aptidão favorável a esses usos, a alta predisposição à erosão sinaliza que a ampliação e intensificação do uso dos recursos do solo poderão levar ao incremento dos processos erosivos muito acentuados e já emergentes.

O crescimento demográfico verificado no último período (2000/2007), especialmente em Primavera do Leste e Campo Verde, demonstra que as tendências continuarão num patamar elevado, superior ao da média do estado, concentrando a maioria da população nas áreas urbanas. A melhoria de trafegabilidade das principais rodovias, notadamente das federais, BR-070 e 364, facilitará a circulação de veículos e carga e a ligação do estado com as regiões Sul e Sudeste do País. As condições gerais de vida devem continuar nos níveis satisfatórios atuais, exercendo Primavera do Leste influência nos municípios situados nos platôs, acrescentam-se as possibilidades de investimentos governamentais como os recursos do Governo Federal, para as áreas de educação, saúde e habitação. Os municípios de Juscimeira e Santo Antônio do Leste terão maiores dificuldades de elevar seus patamares de qualidade social, dada a ausência de investimentos nas áreas de educação, saúde e saneamento básico nos domicílios.

A Região de Planejamento VI é caracterizada por municípios com grande disparidade socioeconômica entre os centros melhores estruturados Cuiabá e Várzea Grande, contrapondo-se à outros cuja precariedade de oferta de aparelhos sociais, bem como de oferta de emprego e renda, vem perdendo população, como foi observado em Rosário Oeste, Nobres, Barão de Melgaço, Acorizal, Nova Brasilândia e Planalto da Serra, onde o aglomerado urbano apresenta a classificação das condições de vida de altamente satisfatória, bem diferente dos demais municípios com insatisfatória e altamente insatisfatória. Isto significa que cabe a Cuiabá atender a demanda da população dos demais municípios vizinhos por equipamentos de saúde mais especializados, além de ser um centro

de referência na administração pública e órgãos de governo, de educação superior, profissionalizante e de proporcionar o acesso a serviços públicos, a estabelecimentos comerciais e industriais de maior porte, além de propiciar maior oferta de empregos.

Região de fitofisionomias diversificadas, com feições degradadas pela atividade mineraria e pecuária, mas com ainda remanescentes conservados que guardam alto potencial biótico, no entanto, sobre forte pressão nas áreas mais elevadas, seja pela questão de saneamento do aglomerado urbano Cuiabá / Várzea Grande e das cidades próximas do rio Cuiabá, seja pelo desmatamento, acelerando o processo de assoreamento dos rios. A região tem sua qualidade do ambiente natural variando de altamente satisfatória a altamente insatisfatória.

A eficiência econômica apenas é satisfatória no aglomerado urbano Cuiabá / Várzea Grande, em decorrência de ser o maior centro industrial e de serviços do estado, sua estrutura agroindustrial concentra elevada capacidade de armazenamento e grande número das principais unidades processadoras, os quais, em 2006, a receita tributária significou mais de 95,5% do total da região e 41,44% do total do Estado (SEPLAN, 2008b); nos demais municípios a eficiência econômica foi de baixa a insatisfatória, pela baixa agregação de valor da principal atividade econômica neles desenvolvido, advindas principalmente da pecuária extensiva.

**Cuiabá e Várzea Grande** constituem o grupo das cidades mais bem estruturadas da região e do estado. A tabela 15 mostra o valor adicionado da Região de Planejamento VI – Cuiabá / Várzea Grande, tendo o polo regional contribuído em 2007 com mais de 88,35% do valor adicionado da região, caracterizando-o como o de maior economia, e a região como um todo contribuiu com 25,07% da riqueza do estado. Entre os setores de maior relevância da economia, ressalta-se tanto em Cuiabá como em Várzea Grande, o setor de serviços com respectivamente 78,66% e 76,35% do valor adicionado de seus municípios, como resultado da consolidação da maior estrutura de serviço do estado.

**Poconé, Nobres, Santo Antônio do Leverger, Rosário Oeste e Chapada dos Guimarães** constituem o grupo mediano regionalmente, quanto ao desempenho de suas economias, embora guardando uma proporção bem mais discreta que a do aglomerado Cuiabá / Várzea Grande, juntos contribuem com apenas 7,98% do valor adicionado da região, variando de 2,03% (Poconé) a 1,31% (Chapada dos Guimarães). Chapada dos Guimarães teve destaque no setor de serviços, significando 54,32% do valor agregado total do município.

**Tabela 15 - Valor Adicionado a preço básico, por atividade econômica da Região de Planejamento VI, de seus municípios e do Estado de Mato Grosso - 2006-2007**

Região de Planejamento VI e Municípios	Valor Adicionado a preço básico (R\$ Mil)							
	VA Total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
<b>ESTADO</b>	<b>30966598,79</b>	<b>37907561,79</b>	<b>7825357,889</b>	<b>10658586,41</b>	<b>5607893,368</b>	<b>6227408,338</b>	<b>17533347,54</b>	<b>21021567,04</b>
<b>RP VI- Cuiabá/Várzea</b>								
<b>Grande</b>	<b>8537460,113</b>	<b>9502771,149</b>	<b>399782,425</b>	<b>474085,71</b>	<b>1869422,958</b>	<b>1923393,916</b>	<b>6268254,73</b>	<b>7105291,523</b>
Acorizal	36834,24	44090,84	19739,06	25184,14	2336,567	2571,86	14758,62	16334,84
Barão de Melgaço	39162,56	43735,76	8704,55	19633,95	3028,946	3515,365	17429,06	20586,45
Chapada dos Guimarães	113367,9	124719,2	41518,2	44473,98	10451,29	12492,77	61398,4	67752,46
Cuiabá	5856419	6507634	23563,4	28350,34	1349603	1360127	4483252	5119157
Jangada	48702,9	58850,99	20085,37	19352,44	5917,779	13050,33	22699,75	26448,23
Nobres	130531,7	150175,5	29328,59	32858,88	38384,55	45362,04	62818,55	71954,57
N. S. do Livramento	61230,84	71208,21	27306,31	32930,51	4974,99	5244,366	28949,53	33033,34
Nova Brasilândia	27918,29	31062,58	11814,1	12595,51	2231,808	2356,369	13872,39	16110,7
Planalto da Serra	19956,32	19946,36	9864,065	9057,304	1169,899	1271,052	8922,351	9618,002
Poconé	173875,9	192691,1	58391,84	68250,11	22718,54	23889,7	92765,54	100551,3
Rosário Oeste	114837,9	145397,3	49771,54	69252,72	11262,44	13240,94	53803,9	62903,6
Santo Antônio do Leverger	120655,6	145886,4	59108,97	74483,48	11470,27	12694,43	50076,36	58708,53
Várzea Grande	1793967	1967373	30586,44	37662,35	405873,1	427577,8	1357508	1502133

Fonte: IBGE, 2009b

**E Nossa Senhora do Livramento, Jangada, Acorizal, Barão de Melgaço, Nova Brasilândia e Planalto da Serra**, encontram-se no grupo que pouco contribuíram com o valor adicionado da região, ou seja, juntos representaram apenas 2,83% da riqueza regional, variando de 0,75% (Nossa Senhor do Livramento) a 0,21% (Planalto da Serra), tendo alguma contribuição no setor agropecuário, como reflexo da principal atividade econômica ser a pecuária de baixa agregação de valor. Também como resultado da baixa eficiência econômica destes municípios, observa-se a estagnação ou mesmo a taxa negativa de crescimento demográfico, como ocorrem em Barão de Melgaço, Planalto da Serra, Acorizal, e Nova Brasilândia, uma população que migra em busca de melhores serviços de atendimento de educação e saúde, e principalmente em busca de melhores oportunidades de emprego e renda.

### **Síntese das Potencialidades e Fragilidades do município de Chapada dos Guimarães**

O desenvolvimento sustentável do município de Chapada dos Guimarães depende em grande parte de sua capacidade de organização administrativa, para que assim possa atrair e reter investimentos, de modo a aproveitar as oportunidades criadas no ambiente externo, sobretudo o estadual, oportunizando suas vantagens competitivas, que fazem do município diferenciar-se dos demais. O seu desenvolvimento pleno depende não apenas dos aspectos econômicos, mas também dos sociais e naturais, com a melhoria da qualidade de vida para sua população, e a manutenção da base de recursos naturais, tanto pelo seu valor intrínseco como o de possibilitar a existência da vida. Portanto, identificar de forma correta as potencialidades e fragilidades do município é o primeiro grande passo para a definição de uma estratégia capaz de produzir o desenvolvimento esperado.

#### **Potencialidades:**

- Próximo ao maior centro e mais bem estruturado de atividades de comércio e serviços urbanos do estado, o polo regional urbano de Cuiabá/ Várzea Grande, com aeroporto internacional, rodoviária ampla, sistema rodoviário radial para todo o estado, sistema estruturado de saúde e educação, e ainda, destacado serviços de atendimento ao turista, como hotéis, restaurantes e outros, que reflete em alta oferta de infraestrutura de apoio urbano;
- Grande número de ambientes de relevante beleza cênica, como cachoeiras, corredeiras, costas de chapada, cânions, lagoas, cavernas e outros. Este conjunto de atrativos aliados

ao clima ameno constitui em aspectos propícios ao desenvolvimento de destinos turísticos, com destaque ao turismo de lazer, de aventura e ecoturismo;

- Ampla biodiversidade com território inserido no bioma do Cerrado, dispondo, portanto, de rica flora e fauna, que se constitui em enormes oportunidades de negócios nas áreas alimentícias, farmacológica e turística;
- Presença de manchas esparsas de Latossolos, localizada ao sul do município, mas de relevante interesse, devido estas estar situadas em relevo suave ondulado, e servirem como base à agricultura moderna e tecnificada, principalmente as culturas de soja, milho e algodão, após correção de acidez e fertilização;
- Recursos hídricos de localização estratégica, pois guarda parte das nascentes dos rios: Roncador, Casca e Manso, que banham o município e contribuem com o rio Cuiabá e ao alagamento da planície pantaneira, uma das maiores áreas alagáveis contínuas do mundo;
- Região de grande tradição cultural e histórica, e de colonização antiga do estado;
- Localização geográfica estratégica com ampla infraestrutura viária que articula com a região leste e sudeste do território estadual e, o polo Cuiabá/Várzea Grande;
- Oferta de energia elétrica assegurada;
- Base para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais com dezenas de pequenos produtores nos segmentos da apicultura, vestuário, pesca esportiva, artesanatos representando um potencial importante para o desenvolvimento de APL;
- Presença de atividades extrativas minerais para exploração e transformação mineral de diamante e água mineral.

### **Fragilidades:**

- Limitações de usos dos recursos naturais principalmente aos relativos ao solo, os solos arenosos e pedregosos constituem em cerca de 85% do território do município, que requerem ações de recuperação e conservação ambiental, com promoção de usos compatíveis;
- Desigualdade Intrarregional em termos econômicos e sociais e, de oferta de infraestrutura urbano-institucional;

- Baixo nível de escolaridade e deficiente qualificação da mão de obra, dificultando ou mesmo impedindo a atração de investimentos no setor de turismo e em certos segmentos industriais dependentes de melhor qualificação da mão de obra;
- Baixa dinâmica e eficiência econômica, dentro do contexto das limitações e inadequações de usos dos solos;
- Baixa rentabilidade da pecuária praticada e do manejo em nível tecnológico insatisfatório, elevado o custo do capital investido;
- Limitado adensamento da agropecuária com baixo valor agregado, o que limita a alternativa da pecuária intensiva;
- Pequena produção agrícola empresarial ocupando área muito reduzida, fato que não favorece o adensamento da cadeia produtiva;
- Disposição à erosão das terras, solos arenosos, pedregosos ou com excesso de concreções, caracterizando áreas impróprias para exploração agrícola, associado ao uso inadequado;
- Ausência de controle e monitoramento ambiental da qualidade da água e agrotóxicos;
- Impactos ambientais importantes decorrentes das atividades econômicas, ocupação e usos inadequados do solo, queimadas, desmatamento em áreas frágeis e nascentes, limitado tratamento de lixo e saneamento básico, gerando poluição e assoreamento de rios;
- Dependência excessiva da infraestrutura social no conglomerado Cuiabá/Várzea Grande, que centraliza os recursos públicos destinados aos programas e ações sociais;
- Carência do centro urbano municipal de serviços sociais, o que limita a oferta de infraestruturas urbano-institucionais, comprometendo a dinâmica da economia no setor terciário, a agregação de valor aos serviços prestados e a intensidade dos fluxos comerciais;
- Lentidão na efetivação dos investimentos em infraestrutura e obras de saneamento programadas, o que prejudica e agrava as ações de recuperação ambiental, atrasando o desenvolvimento de atividades no ramo turístico.

## Análise da Situação Atual das Áreas Protegidas de Chapada dos Guimarães

A análise da situação atual das Áreas Protegidas de Chapada dos Guimarães, baseia-se principalmente na avaliação do nível de implementação das unidades de conservação, onde o município possui 03 unidades de conservação de proteção integral, correspondendo a 183,99 Km<sup>2</sup>, com uma porcentagem de 3,01% da área total do município; e, as unidades de conservação de uso sustentável são de número 05 correspondendo a uma área de 1.556,50 Km<sup>2</sup>, indicando uma porcentagem de 25,50% da área do município, e, portanto uma porcentagem total de 28,51% de área do município com unidade de conservação, como mostra o quadro x.

**Quadro x – Unidades de conservação por jurisdição, categoria, município em que se encontra, ano de criação, área em Km<sup>2</sup>, e área em Km<sup>2</sup> em Chapada dos Guimarães**

Jurisdição	Categoria	Instrumento legal	Município	Ano	Área Total	Área em Chapada dos Guimarães
<b>Proteção Integral</b>						
Federal	P. da Chapada dos Guimarães	Dec. 97.656 de 12.04.89	Cuiabá e Chapada dos Guimarães	1989	320,32	158,66
Estadual	E.E. Rio da Casca I	Dec. 6.437 de 27.05.94	Chapada dos Guimarães e Campo Verde	1994	35,25	24,42
Municipal	P. da Cabeceira do Coxipozinho	Lei 1.071/02 de 16.12.02	Chapada dos Guimarães	2002	0,91	0,91
<b>Total de área de unidade de conservação de proteção integral em Chapada dos Guimarães</b>						<b>183,99</b>
<b>% de unidade de conservação de proteção integral em Chapada dos Guimarães</b>						<b>3,01%</b>
<b>Uso Sustentável</b>						
Estadual	A.P.A. do Rio da Casca	Dec. 1.356 de 27.05.94	Chapada dos Guimarães	1984	292,50	292,50
Estadual	A.P.A. da Chapada dos Guimarães	Dec. 537 de 21.11.95 Lei 7.804 de 05.12.02	Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Campo Verde e Santo Antônio de Leverger	1995	2.202,08	1.242,84
Estadual	E.P. Chapada dos Guimarães	Dec. 1.473 de 09.06.00	Cuiabá e Chapada dos Guimarães	2000	20,72	11,01
Federal	R.P.P.N. Res. Ecol. Mata Fria	Port. 60 de 27.09.00	Chapada dos Guimarães	2000	9,95	9,95
Federal	R.P.P.N. Hotel Mirante	Port. 25 de 08.03.04	Chapada dos Guimarães	2004	0,20	0,20
<b>Total de área de unidade de conservação de uso sustentável em Chapada dos Guimarães</b>						<b>1.556,50</b>
<b>% de unidade de conservação de uso sustentável em Chapada dos Guimarães</b>						<b>25,50%</b>
<b>Total de área de unidade de conservação em Chapada dos Guimarães</b>						<b>1.740,49</b>
<b>% de unidade de conservação em Chapada dos Guimarães</b>						<b>28,51%</b>

Organização de Lígia Camargo, 2009

A avaliação do nível de implementação das unidades de conservação refere-se à seleção das variáveis: elaboração do plano de manejo, sua implementação, regularização fundiária das áreas que devem ser desapropriadas, instituição de conselhos locais, instalação de infraestrutura e, recurso humano in loco. Adaptando metodologia de Brito (2000), foram definidos critérios de análise com base no conjunto de cumprimento das variáveis mediante



escala de valoração qualitativa, ou seja, somando-se horizontalmente um ponto para cada item em análise quando cumprido, ou seja, as unidades de conservação apresentam nível de implementação segundo o número de variáveis cumpridas conforme mostra o quadro xx.

**Quadro xx - Escala de valoração qualitativa do nível de implementação conforme a soma do número de variáveis.**

Soma de Variáveis	Unidades de Conservação	
	Proteção Integral	Uso sustentável
6	Adequado	-
5	Bom	Adequado
4	Regular	Bom
3	Regular	Regular
0, 1 ou 2	Inadequado	Inadequado

Organização de Lígia Camargo, 2009

Assim, o quadro xx mostra o resultado da avaliação do nível de implementação das unidades de conservação de jurisdição federal, estadual e municipal, conforme cumprimento das variáveis, onde a soma destas sendo 0, 1 ou 2 é considerada implementação inadequada; 3 variáveis cumpridas, implementação regular; 4 variáveis, regular para unidades de proteção integral e conceito bom para as de uso sustentável; 5 variáveis cumpridas, nível de implementação bom para unidades de proteção integral e adequado para as de uso sustentável; e, soma de variáveis 6, nível de implementação adequado para unidades de proteção integral.

**Quadro xx – Avaliação do nível de implementação das unidades de conservação conforme o número de variáveis implementadas e seu conceito de administração**

Categoria	Variáveis*						Total	Conceito
	A	B	C	D	E	F		
<b>Proteção Integral</b>								
P. da Chapada dos Guimarães	1			1	1	1	4	Regular
E.E. Rio da Casca I							0	Inadequado
P. da Cabeceira do Coxipozinho			1				1	Inadequado
<b>Uso Sustentável</b>								
A.P.A. do Rio da Casca			-				0	Inadequado
A.P.A. da Chapada dos Guimarães	1		-		1	1	3	Regular
E.P. Chapada dos Guimarães			-			1	1	Inadequado
R.P.P.N. Res. Ecol. Mata Fria			-				0	Inadequado
R.P.P.N. Hotel Mirante			-				0	Inadequado

Organização de Lígia Camargo, 2009

\* A-plano de manejo elaborado, B-plano de manejo implementado, C-regularização fundiária, D-conselho instituído, E-infraestrutura instalada, e F-recurso humano *in loco*

O município de Chapada dos Guimarães possui uma unidade na categoria de **estação ecológica**, a Estação Ecológica Rio da Casca I de proteção integral e jurisdição estadual,

embora esteja criada, apresenta grande fragilidade, tendo o nível de implementação considerado **inadequado**, sabendo que nenhum item para sua implementação foi cumprido.

A categoria **parque**, também de proteção integral é constituída no município de duas unidades, sendo uma federal, o importante Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e uma municipal, o Parque da Cabeceira do Coxipozinho. O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães apresenta problemas de regularização fundiária que vêm desde sua criação sem resolução, mas cumpre os demais itens, exceto o da implementação do Plano de Manejo, por este ser recente, recebendo assim a classificação de implementação **regular**. E o de jurisdição municipal encontra-se apenas regularizado, sendo classificado como de implementação **inadequada**.

As **áreas de proteção ambiental** de uso sustentável são duas estaduais, sendo que apenas a Área de Proteção Ambiental de Chapada dos Guimarães recebe o conceito de administração **regular**, por possuir plano de manejo, e mesmo assim, não implementado; conselho instituído e pessoal alocado; e a Área de Proteção Ambiental do Rio da Casca não conta com nenhuma iniciativa de administração pública, recebendo o conceito de implementação **inadequado**.

As A.P.A no município não têm efetivamente cumprido o estabelecido no SNUC, pois é fundamental para esta categoria o cumprimento dos Planos de Manejo, pois sem o ordenamento das atividades antrópicas fica impossibilitado a gestão destas áreas, sendo, portanto praticado os usos agropecuários e de exploração mineraria, embora permitidos, de forma a não considerar as melhores praticas conservacionistas.

As duas **reservas particulares do patrimônio natural** são de uso sustentável e de jurisdição federal, sendo que nenhuma possui itens cumpridos, recebendo as unidades o conceito de administração **inadequada**.

O código ambiental do estado institui também, a categoria de uso sustentável de **estrada parque**, nesta categoria a região possui uma unidade de jurisdição estadual, a Estrada Parque da Chapada dos Guimarães que possui apenas pessoal alocado para sua administração, tendo, portanto, o nível de implementação considerado **inadequado**.

Apesar das 09 unidades de conservação criadas no município, constata-se, no entanto, a precariedade do cumprimento dos objetivos e metas de conservação destas unidades, sabendo que as de proteção integral, por não contarem com planos de manejo implementados e ainda algumas delas apresentarem problemas de regularização fundiária, a conservação *in situ* das espécies não está garantida; assim como nas unidades de conservação de uso sustentável, também por não contarem com planos de manejo, que

ordene e garanta as práticas conservacionistas, que resulta na prática, no descumprimento dos propósitos de sua criação.

Observa-se uma tendência da política ambiental de unidades de conservação federal, de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com a vantagem de não haver a necessidade de regularização fundiária, pois esta categoria permanece com o regime de propriedade particular quando instituída, no entanto, apresentam inadequado nível de implementação.

Das 04 unidades de jurisdição estadual, 03 apresentam o conceito inadequado de implementação, evidenciando a fragilidade da política estadual na gestão efetiva das unidades criadas. Também a unidade de conservação municipal, apresenta o conceito inadequado de implementação.

Uma política efetiva de implementação do Sistema de Unidades de Conservação na região se faz urgente, considerando que os ambientes naturais encontram-se sob forte pressão antrópica. E por sua vez, esta deve estar inserida na Política Ambiental do Estado, baseada no ordenamento territorial proposto pelo zoneamento do estado.

Chapada dos Guimarães é beneficiada pelo recebimento do ICMS Ecológico por biodiversidade desde 2002, em compensação por ter em seu território áreas conservadas, como mostra o quadro xx.

**Quadro xx – ICMS total, ecológico e porcentagem do ICMS ecológico em relação ao total recebido pelo do município de Chapada dos Guimarães**

Ano	ICMS Total recebido (R\$)	ICMS Ecológico recebido (R\$)	% do ICMS Ecológico
2002	3.077.489,58	1.644.948,32	53,45
2003	2.206.081,56	232.036,11	10,52
2004	3.421.012,00	259.953,02	7,60
2005	3.541.177,66	271.063,49	7,65
2006	3.288.207,64	249.377,03	7,68
2007	4.057.966,93	266.666,85	6,57
2008	5.036.807,87	313.911,59	6,23
<b>Total</b>	<b>24.628.743,24</b>	<b>3.237.956,41</b>	<b>14,23</b>

Fonte: SEMA, 2009

Organizado por Lígia Camargo, 2009.

De 2002 a 2008, Chapada dos Guimarães recebeu mais de três milhões de reais de ICMS ecológico, significando 14,23% do total recebido no período, demonstrando que possuir áreas de unidades de conservação em seu território traz vantagens financeiras diretas, além daquelas advindas indiretamente pelo emprego e renda na atividade turística.

### **4.3 Zoneamento e Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável para Chapada dos Guimarães**

Por meio do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, elaborado pelo estado de Mato Grosso e modificado pela Assembleia Legislativa do estado (AL, 2009), e com base na caracterização das unidades socioeconômica ecológicas são indicadas diretrizes de desenvolvimento voltadas para: o fomento, adequação ou redirecionamento das atividades produtivas e conservacionistas e, controle ou a restrição de usos e formas de apropriação do espaço que representam obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

O zoneamento promove o ordenamento territorial e contribui com a gestão pública, com vista a regular e administrar as potencialidades, limitações ecológicas e econômicas e, conciliar as demandas sociais.

Com os resultados da avaliação da sustentabilidade, da caracterização da situação atual e do cenário tendencial de cada unidade, formulam-se as diretrizes de desenvolvimento das unidades que agora passa a denominar-se zona e subzona agrupadas em categorias de uso, conforme mostra o Mapa 12 - Mapa do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do município de Chapada dos Guimarães, proposto pela Comissão Especial de Zoneamento da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Assim, o município de Chapada dos Guimarães compreende três categorias de uso, onde a **Categoria 1** – Áreas com Estrutura produtiva Consolidada ou a Consolidar, que contempla a **Subcategoria 1.1** – Áreas com Estrutura produtiva Consolidada ou a Consolidar com Predomínio de Agricultura de Alta Tecnologia e em menor Escala da Pecuária, Agroindústria e Atividades Madeireiras, e a **Subcategoria 1.3** – Áreas com Estrutura produtiva Consolidada ou a Consolidar que Requerem Ações de Recuperação Ambiental; a **Categoria 2** – Áreas que Requerem Manejos Específicos contempla a **Subcategoria 2.1** - Áreas que Requerem Manejos Específicos para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos, e a **Subcategoria 2.4** - Áreas que Requerem Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade; e ainda a **Categoria 3** – Áreas Protegidas, que contempla a **Subcategoria 3.1** – Áreas Protegidas Criadas e **Subcategoria 3.3** – Terras de Quilombo.

#### **Diretrizes comuns para a região de planejamento VI – Cuiabá/Várzea Grande**

- Fortalecer as funções sociais das cidades polos da Região de Planejamento VI, dotando-as de infraestrutura, equipamentos e serviços sociais;
- Implementar e melhorar equipamentos de educação e saúde nas áreas urbanas e rurais a serem definidas segundo critérios técnicos estabelecidos pelas secretarias

estaduais;

- Implementar programas de fomento à geração de emprego e renda;
- Estabelecer plano regional de readequação e recuperação das estradas, visando conter processos erosivos, de forma integrada com o governo do estado vizinho;
- Controlar e fiscalizar o uso de agrotóxicos e afins no entorno das sedes urbanas, priorizando áreas de agricultura;
- Estabelecer parcerias com governo municipal, federal e instituições privadas para ampliação e melhoria dos sistemas de comunicação priorizando a zona rural ;
- Incentivar o uso de técnicas de controle biológico em atividades agropecuárias;
- Implementar políticas de infraestrutura urbana, assegurando a acessibilidade para os portadores de necessidades especiais;
- Fomentar o aprimoramento profissional dos pequenos e médios produtores rurais, proporcionando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais ;
- Implementar programas de saúde, priorizando a estruturação e melhoria do atendimento do sistema de saúde;
- Implementar programas de fomento à geração de emprego e renda, com incentivo aos pequenos produtores artesanais quanto a produção e comercialização de seus produtos, fomento e capacitação de micro e pequenos empresários, e fomento à implantação de projetos cooperativos de associações e organizações de moradores;
- Implementar programas de cidadania e promoção aos direitos humanos priorizando a inclusão social e digital e erradicação do trabalho análogo ao de escravo e infantil;
- Implementar programas de promoção de cultura, esportes e lazer priorizando a cultura regional e difusão das manifestações folclóricas, criação de roteiros turísticos vinculados à cultura e registro do patrimônio imaterial;
- Implementar programas de saneamento ambiental e habitação priorizando a regularização fundiária urbana e ampliação da oferta de habitação para população de baixa renda;
- Implementar um sistema integrado de redução da criminalidade, priorizando o fortalecimento da estrutura do sistema de segurança pública, particularmente logística, inteligência e tecnologia, combate preventivo e repressivo ao narcotráfico e ao crime organizado, criação de medidas de recuperação e prevenção do uso de drogas envolvendo família/igreja/escola/associações e veículos de comunicação de massa, por meio de campanhas educativas.

## **CATEGORIA 1. Áreas com estrutura produtiva consolidada ou a consolidar**

Compreende as áreas que se encontram e processo de consolidação das atividades produtivas ou já consolidadas, que concentram a porção mais dinâmica da economia estadual, para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, sendo necessárias ações de recuperação ambiental, ou alteração do uso do solo, ou reordenamento de estrutura produtiva, ou adequação do sistema de manejo, tendo em vista a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

### **SUBCATEGORIA 1.1. Áreas Consolidadas ou a Consolidar com Predomínio de Agricultura de Alta Tecnologia e em Menor Escala da Pecuária, Agroindústria e Atividades Madeireiras.**

Compreende as áreas onde há um complexo do agronegócio, com cadeia produtiva diversificada e integrada da agricultura de alta tecnologia empresarial e da agroindústria associada, com o crescimento ou fortalecimento das cidades modernas e dinâmicas, as quais apresentam setor de serviços bem estruturado, bem como áreas de manejo sustentável de uso múltiplo de florestas nativas.

As áreas enquadradas na Subcategoria 1.1. apresentam uma ou mais das características abaixo:

- Ambientes onde a cobertura vegetal florestal ou de cerrado, foi muito alterada e em grande parte substituída por atividades econômicas diversificadas e assentamentos humanos estruturados e consolidados ou em consolidação;
- Alteração na hidrodinâmica, em função de intervenções em drenagens por meio de captações e derivações, alteração da qualidade e quantidade e nas vazões devido a intensificação do uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
- Presença de infraestrutura urbana, social, de comércio e serviços, atividades industriais e de apoio à produção agropecuária em franca expansão;
- Agropecuária de alta tecnologia e diversificada e presença de pequena e média produção familiar;
- Elevada especialização produtiva, com predominância do cultivo de grãos nos chapadões e pecuária extensiva nos segmentos mais rebaixados;
- Diversificação da base econômica, com desenvolvimento da agricultura de alta tecnologia, pecuária, manejo florestal e reflorestamento;
- Predomínio de atividades agropecuárias e agroindústria;
- Ocupação antiga ou recente, bem estruturada, com infraestrutura e serviços de apoio à

produção relativamente eficientes e serviços e comércio desenvolvidos;

- Uso do solo compatível com a capacidade de suporte e com uso de alta tecnologia.

### **Zona 1.1.7 - Áreas Consolidadas ou a Consolidar, com Predomínio de Agricultura e Pecuária de Alta Tecnologia, na Área de Influência do Polo Regional de Rondonópolis**

Esta zona corresponde à unidade Socioeconômica Ecológica – USEE 42 – Planalto de Primavera do Leste, pertencente à Região de Planejamento V – Rondonópolis, onde o município de Chapada dos Guimarães contém uma pequena porção territorial.

#### **Indicação:**

Indicada para consolidação da agropecuária de alta tecnologia e da pecuária extensiva nas áreas aptas a essas atividades em condições morfoedológicas adequadas, acompanhadas de práticas conservacionistas, ao controle e monitoramento de processos erosivos e do uso de agrotóxicos e afins.

#### **Diretrizes específicas**

##### **Sociais**

- Implementar programa de saúde pública e vigilância ambiental, prevenção e controle de doenças, em especial as zoonoses e as endêmicas de veiculação hídrica;
- Promover parcerias com os governos Federal e Municipal , iniciativa privada, instituições de ensino, pesquisa, extensão, e organizações não governamentais para qualificação de mão de obra em atendimento ao avanço do processo de industrialização de Mato Grosso;
- Estabelecer parcerias com os governos Federal e Municipal para disponibilizar energia elétrica às áreas rurais, agregando valor à produção e melhoria da qualidade de vida, bem como a capacitação para a utilização da energia como fator de produção;
- Fomentar programas de fortalecimento de atividades culturais e artesanais.

##### **Econômicas**

- Consolidar atividades pecuárias nas áreas com aptidão para pastagens plantadas , bem como o aproveitamento e preservação de pastagens nativas em áreas afins, fomentando a adoção de técnicas conservacionistas e boas práticas de produção pecuária ;

- Incentivar a melhoria da capacidade de suporte das pastagens já existentes e a recuperação das pastagens degradadas, preferencialmente com a integração lavoura - pecuária;
- Garantir que os usos agropecuários sejam desenvolvidos em áreas com condições adequadas de relevo e solo, utilizando técnicas para controle de processos erosivos, tendo como referência microbacias hidrográficas;
- Implementar infraestruturas de transporte para apoio à produção, melhorando condições de trafegabilidade das rodovias federais, estaduais e municipais, implantando sistema de drenagem e contenção de águas pluviais para o controle dos processos erosivos;
- Fomentar e incentivar a atividade agroindustrial, visando a internalização do valor da produção agropecuária local e regional;
- Fomentar e incentivar políticas públicas para iniciativas de certificação pública e privada de produtos extrativistas, florestais, agroindustriais, artesanais e culturais para agregação de valor à sua cadeia produtiva visando os mercados nacional e internacional;
- Consolidar a agropecuária tecnificada com incentivo às práticas conservacionistas, assim como a proteção da cobertura vegetal remanescente e em especial as áreas abrangidas por murundus;
- Incentivar o associativismo e cooperativismo dos pequenos e médios produtores, para o fortalecimento da pecuária leiteira e agroindústria;
- Incentivar a readequação ou consolidação das atividades da agropecuária de pequenos e médios produtores rurais, através de melhorias tecnológicas, implantação de culturas consorciadas (anuais/perenes), fruticultura e agroindústria associada, utilizando sistemas de manejo conservacionistas;
- Estabelecer e viabilizar programa de manejo integrado de microbacias, destinado à contenção de processos erosivos, descompactação, correção do solo, readequação de estradas, rotação de culturas, implantação de curva de nível e/ou terraceamento, drenagem de águas pluviais e demais práticas de conservação do solo, visando a melhoria da produtividade nas propriedades rurais e sua qualidade ambiental;
- Incentivar o desenvolvimento de usos alternativos como: criação de pequenos animais, avicultura, piscicultura, fruticultura, pecuária leiteira, horticultura orgânica, apicultura, meliponicultura, artesanato com produtos naturais, dentre outros, para internalização da renda de pequenos e médios produtores;
- Fomentar, incentivar e difundir projetos de pesquisa destinados a melhorar a eficiência no processo de industrialização com redução dos impactos socioambientais;



- Reforçar e melhorar a infraestrutura urbana de apoio a produção e ao turismo, visando a expansão e intensificação das atividades dos setores secundário e terciário;
- Implementar programas de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, crédito e de apoio à comercialização e agroindustrialização da produção para pequenos e médios produtores rurais, apoiando a adoção de técnicas conservacionistas e boas práticas de manejo e produção agropecuária, com ênfase na agroecologia e socioeconomia solidária;
- Incentivar a expansão da hortifruticultura e agroindústria associada;
- Incentivar a heveicultura e industrializações associadas para agregação de valor.

### **Ambientais**

- Criar programas que garantam e fomentem instrumentos econômicos e institucionais para a recuperação das áreas de preservação permanente e mantê-las conforme legislação ambiental vigente;
- Admitir usos agropecuários apenas em condições morfoedológicas adequadas, com aplicação de técnicas de manejo, não sendo admitido o fomento e incentivo às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos adequados, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica;
- Incentivar e orientar o reflorestamento com espécies nativas nas áreas desmatadas para fins agropecuários e que atualmente estejam sem destinação produtiva;
- Incentivar e fomentar programas e projetos voltados ao uso de fontes renováveis de energia nas propriedades rurais e no processo de industrialização de produtos, incentivando a eficiência energética, o combate ao desperdício de energia e a redução na emissão de gases de efeito estufa;
- Aplicar procedimentos de engenharia adequados e em conformidade com a legislação ambiental vigente, na implantação, ampliação, conservação e restauração da infraestrutura viária e edificações de porte, considerando a possibilidade de ocorrência de solos colapsíveis e de suscetibilidade aos processos erosivos;
- Fortalecer o controle de atividades que possam causar a introdução de espécies exóticas ou alóctones da ictiofauna em ambientes naturais;
- Prevenir e controlar processos erosivos em áreas onde se desenvolvem atividades agropecuárias;
- Fomentar a articulação dos proprietários rurais, instituições de pesquisa e órgãos do governo, para implementar projetos baseados em critérios técnico-científico visando a recuperação das reservas legais e áreas de preservação permanente;

- Estabelecer plano de controle e monitoramento do uso de agrotóxicos e afins;
- Proteger as planícies fluviais destinando-as preferencialmente à reserva legal das propriedades;
- Fiscalizar e proteger as áreas de recarga de aquíferos recobertas por campos úmidos e de murundus, essenciais à manutenção dos recursos hídricos, vedando interferências ou implantação de estruturas que alterem a dinâmica do regime hídrico e acelerem processos erosivos;
- Incentivar as indústrias a incorporarem ao seu processo produtivo mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), produção mais limpa (P+L) e Sistema de Gestão Ambiental (SGA), além de sua responsabilidade social;
- Ordenar e monitorar as atividades de avicultura, suinocultura e piscicultura, visando à minimização dos impactos ambientais negativos;
- Preservar formações vegetais que protegem as escarpas do Planalto dos Guimarães, conforme legislação ambiental vigente, implantando mecanismos de fiscalização e controle mais efetivos;
- Ordenar, regularizar e fiscalizar a atividade mineraria, promovendo sua exploração sustentável, conforme legislação ambiental vigente.

### **SUBCATEGORIA 1.3. - Áreas consolidadas ou a consolidar que requerem ações de recuperação ambiental**

Compreende as áreas de ocupação antiga, com baixa capacidade de suporte, utilizadas com manejo inadequado, as quais requerem ações de recuperação ambiental e promoção de usos compatíveis.

As áreas enquadradas na Subcategoria 1.3. apresentam uma ou mais das características abaixo:

- Muito alteradas pela ocupação antrópica ou com processos de degradação evidentes, que requeiram controle das atividades econômicas;
- Vulnerabilidade às atividades econômicas em curso, em função da limitada potencialidade natural;
- Subutilização dos recursos naturais do solo, subsolo e recursos bióticos, devido à limitada disponibilidade natural que demandam o desenvolvimento de usos alternativos, visando sua viabilidade econômica;
- Degradação por atividades minerarias, devendo ser recuperadas, de acordo com os planos específicos;
- Áreas que contenham núcleos urbanos mais densos e populosos, que

demandam soluções integradas de saneamento ambiental, infraestrutura viária e de equipamentos de apoio à produção.

### **Zona 1.3.2. Áreas Consolidadas ou a Consolidar que Requerem Ações de Recuperação Ambiental, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá/Várzea Grande**

Esta zona corresponde a USEE 50 – Baixada Cuiabana, de grande extensão, porém em Chapada dos Guimarães ocupa uma pequena porção ao norte do município.

#### **Indicação:**

Indicada à recuperação ambiental da Baixada Cuiabana, no que concerne aos recursos hídricos e às áreas degradadas por exploração mineral; à promoção de usos agropecuários compatíveis nas áreas com baixa capacidade de suporte; à implantação de medidas de desenvolvimento urbano e à aplicação das ações estabelecidas nos planos e programas específicos referentes ao Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande, com incentivo à consolidação do parque industrial e de serviços. Controle de atividades minerárias, em especial aos bens minerais usados na construção civil. Incentivo ao turismo receptivo e de negócios.

#### **Diretrizes específicas**

##### **Sociais**

- Estabelecer parcerias com os governos Federal e Municipal para disponibilizar energia elétrica às áreas rurais, agregando valor à produção e melhoria da qualidade de vida, bem como a capacitação para a utilização da energia como fator de produção ;
- Fomentar programas de fortalecimento de atividades culturais artesanais das populações tradicionais como pantaneiros, retireiros, seringueiros, morroquianos e outras;
- Incentivar a manutenção de aspectos culturais da pesca artesanal, desde que suas práticas sejam sustentáveis;
- Implementar um “Programa Garimpo”, com ações de educação ambiental, qualificação de mão de obra, difusão de tecnologias, saúde e segurança no trabalho nas áreas de províncias minerais, que estejam em atividade;
- Fomentar e desenvolver parcerias para minimizar os passivos ambientais , sociais e econômicos nos locais de antigas províncias minerais.

## **Econômicas**

- Implementar programas de pesquisa para diagnosticar e monitorar o estoque pesqueiro e avaliar a sua capacidade de suporte, visando o uso sustentável;
- Fomentar e incentivar a regularização e fiscalização de empreendimentos minerários em parceria com órgãos competentes e municípios envolvidos, de modo a combater a evasão fiscal e a comercialização clandestina de bens minerais, além do alto índice de informalidade;
- Implementar nas comunidades de pescadores profissionais artesanais a prática do manejo comunitário da pesca, tendo a divulgação dos acordos de pesca como um dos instrumentos;
- Fomentar e incentivar o melhoramento tecnológico da exploração de lavra, tratamento de minério para aproveitamento do potencial mineral e recuperação ambiental;
- Apoiar as comunidades tradicionais em iniciativas de manejo sustentável dos recursos naturais;
- Fomentar a cadeia produtiva do pescado junto às colônias de pescadores, com o intuito de garantir a agregação de valor ao produto e uso sustentável do recurso;
- Garantir o aproveitamento sustentável da oferta de pastagens nativas, na atividade pecuária, vedando interferências ou implantação de estruturas que alterem a dinâmica do regime hídrico e causem processos erosivos;
- Fomentar e garantir políticas públicas para a difusão da cultura tradicional e manifestações folclóricas, visando o desenvolvimento do turismo.

## **Ambientais**

- Criar programas que garantam e fomentem instrumentos econômicos e institucionais para a recuperação das áreas de preservação permanente e mantê-las conforme legislação ambiental vigente;
- Garantir a conservação e recuperação da qualidade ambiental dos formadores dos rios Cuiabá, Manso e Jangada;
- Implementar programas de educação ambiental, envolvendo os segmentos sociais, visando sensibilizar e capacitar a população que vive no entorno dos rios Cuiabá, Manso e Jangada, e também em seus formadores, sobre a importância de sua preservação;
- Aplicar procedimentos de engenharia adequados e em conformidade com a legislação ambiental vigente, na implantação, ampliação, conservação e restauração da infraestrutura viária e edificações de porte, considerando a possibilidade de

ocorrência de solos colapsíveis e de suscetibilidade aos processos erosivos;

- Fortalecer o controle de atividades que possam causar a introdução de espécies exóticas ou alóctones da ictiofauna em ambientes naturais;
- Prevenir e controlar processos erosivos em áreas onde se desenvolvem atividades agropecuárias;
- Fomentar a articulação dos proprietários rurais, instituições de pesquisa e órgãos do governo, para implementar projetos baseados em critérios técnico-científico visando a recuperação das reservas legais e áreas de preservação permanente;
- Proteger as planícies fluviais destinando-as preferencialmente à reserva legal das propriedades;
- Implementar e fomentar estudos hidrogeológicos básicos para subsidiar o gerenciamento de recursos hídricos;
- Fiscalizar e proteger as áreas de recarga de aquíferos recobertas por campos úmidos e de murundus, essenciais à manutenção dos recursos hídricos, vedando interferências ou implantação de estruturas que alterem a dinâmica do regime hídrico e acelerem processos erosivos;
- Fomentar a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, quanto à qualidade e quantidade, assegurando sua preservação;
- Orientar e incentivar práticas de coleta e uso de águas pluviais e subterrâneas nos espaços rurais com dificuldades de acesso aos recursos hídricos;
- Controlar e fiscalizar atividades de turismo de pesca, com ênfase na aplicação de medidas de prevenção à pesca irregular;
- Controlar e fiscalizar as atividades de turismo adotando medidas preventivas para proteção de sítios arqueológicos, recursos naturais e da cultura local;
- Fortalecer o controle das ações de soltura (reintrodução, translocação, de volução e revigoramento) de espécies da fauna silvestre em ambientes naturais, e orientar para que essas ações sejam baseadas em critérios técnico-científico;
- Controlar e fiscalizar a atividade de extração mineral para construção civil, obedecendo a legislação ambiental vigente e garantindo a recuperação e conservação das paisagens degradadas;
- Incentivar a implantação de instrumentos econômicos para remuneração de serviços ambientais através da manutenção das florestas e savanas primárias e secundárias com composição e estrutura semelhantes às primárias;
- Ordenar, regularizar e fiscalizar a atividade minerária, promovendo sua exploração sustentável, conforme legislação ambiental vigente;
- Incentivar iniciativas de recuperação de passivos ambientais de origem garimpeira

através de parcerias entre instituições de pesquisa, de governo e a sociedade;

- Assegurar a qualidade ambiental dos ambientes aquáticos e terrestres, através do monitoramento do uso de produtos químicos e da saúde pública da população envolvida em atividades de indústria e mineração.

## **CATEGORIA 2. Áreas que requerem manejos específicos**

Compreende as áreas que pelas características ambientais: elevado potencial hídrico, elevado potencial florestal, elevado potencial biótico, especificidade ecológica e paisagística e elevada fragilidade requerem manejos específicos, para conservação e recuperação de recursos hídricos, para garantir a manutenção de suas características e a exploração racional e adequada de sua base de recursos naturais, tendo em vista compatibilizar a proteção do ambiente natural com a sustentabilidade das atividades econômicas.

### **SUBCATEGORIA 2.1. Áreas que requerem manejo específico para recuperação e/ou conservação dos recursos hídricos**

Compreende áreas de significado estratégico, pelo fato de abrigarem as nascentes e a zona de recarga do alto curso dos rios formadores das grandes bacias hidrográficas dos rios Amazonas e Paraguai.

As áreas enquadradas na Subcategoria 2.1. apresentam uma ou mais das características abaixo:

- Extenso e espesso pacote sedimentar representado pelo Planalto dos Parecis e Guimarães/ Alcantilados, que constitui o grande reservatório subterrâneo e superficial natural do estado, requerendo a máxima proteção contra os processos de comprometimento da recarga dos aquíferos, causados por desmatamentos, obras de drenagem e de rebaixamento do lençol freático, impermeabilização do solo e uso intensivo dos recursos hídricos;
- Elevada suscetibilidade ao desenvolvimento de processos de erosão linear, pela instalação de ravinas e voçorocas;
- Elevada suscetibilidade à contaminação do solo e dos recursos hídricos subterrâneos, pela infiltração de substâncias poluentes.

#### **Zona 2.1.14. Áreas que Requerem Manejos Específicos para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Roncador e Cuiabá, na Área de Influência do Polo Regional de Cuiabá**

Esta zona corresponde a USEE 53 – Planalto do Casca, cuja extensão ocupa grande parte do território do município de Chapada dos Guimarães.

##### **Indicação:**

Indicada prioritariamente à proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios da Casca, Quilombo, Roncador e Manso; incentivo à exploração turística do potencial cênico representado pelo lago do APM Manso e da Chapada dos Guimarães; à exploração econômica das pastagens naturais; atividades agropecuárias, apenas nas áreas com condições adequadas de relevo e solos, não sendo admitido seu fomento e incentivo em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Incentivo ao desenvolvimento das atividades turísticas e ao controle das atividades pesqueiras. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de agrotóxicos e afins.

##### **Diretrizes específicas**

###### **Sociais**

- Implementar programa de saúde pública e vigilância ambiental, prevenção e controle de doenças, em especial as zoonoses e as endêmicas de veiculação hídrica;
- Estabelecer parcerias com os governos Federal e Municipal para disponibilizar energia elétrica às áreas rurais, agregando valor à produção e melhoria da qualidade de vida, bem como a capacitação para a utilização da energia como fator de produção;
- Implementar saneamento ambiental, em assentamentos e condomínios residenciais no entorno do lago do APM do Manso, especialmente referente à coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos doméstico, hospitalar e esgoto, e à educação ambiental para a redução do lixo.

###### **Econômicas**

- Incentivar a melhoria da capacidade de suporte das pastagens já existentes e a recuperação das pastagens degradadas, preferencialmente com a integração lavoura e pecuária;
- Implementar infraestruturas de transporte para apoio à produção, melhorando

condições de trafegabilidade das rodovias federais, estaduais e municipais, implantando sistema de drenagem e contenção de águas pluviais para o controle dos processos erosivos;

- Estabelecer e viabilizar programa de manejo integrado de microbacias, destinado à contenção de processos erosivos, descompactação, correção do solo, readequação de estradas, rotação de culturas, implantação de curva de nível e/ou terraceamento, drenagem de águas pluviais e demais práticas de conservação do solo, visando a melhoria da produtividade nas propriedades rurais e sua qualidade ambiental;
- Incentivar o desenvolvimento de usos alternativos como: criação de pequenos animais, avicultura, piscicultura, fruticultura, pecuária leiteira, horticultura orgânica, apicultura, meliponicultura, artesanato com produtos naturais, dentre outros, para internalização da renda de pequenos e médios produtores;
- Implementar programas de pesquisa para diagnosticar e monitorar o estoque pesqueiro e avaliar a sua capacidade de suporte, visando o uso sustentável;
- Implementar programas de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, crédito e de apoio à comercialização e agroindustrialização da produção para pequenos e médios produtores rurais, apoiando a adoção de técnicas conservacionistas e boas práticas de manejo e produção agropecuária, com ênfase na agroecologia e socioeconomia solidária;
- Garantir e fomentar o aproveitamento sustentável da oferta de pastagens nativas na atividade pecuária;
- Incentivar a implantação de infraestrutura de turismo de lazer no lago do APM Manso, conforme legislação vigente;
- Estabelecer programa de fomento para melhorar a rentabilidade das atividades agrossilvipastoril e agroextrativista;
- Readequar o uso da terra, incentivando a agropecuária familiar, com ênfase na diversificação da produção e incorporação do agroextrativismo, através de melhorias tecnológicas, fruticultura e agroindústria associada, utilizando sistemas de manejo conservacionistas de solo e água.

### **Ambientais**

- Criar programas que garantam e fomentem instrumentos econômicos e institucionais para a recuperação das áreas de preservação permanente e mantê-las conforme legislação ambiental vigente;
- Admitir usos agropecuários apenas em condições morfoedológicas adequadas, com aplicação de técnicas de manejo, não sendo admitido o fomento e incentivo



às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos adequados, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica;

- Garantir a conservação e recuperação da qualidade ambiental dos formadores dos rios da Casca, Quilombo, Roncador e Manso;
- Implementar programas de educação ambiental , envolvendo os segmentos sociais, visando sensibilizar e capacitar a população que vive no entorno dos rios da Casca, Quilombo, Roncador e Manso, e também em seus formadores, sobre a importância de sua preservação;
- Aplicar procedimentos de engenharia adequados e em conformidade com a legislação ambiental vigente, na implantação, ampliação, conservação e restauração da infraestrutura viária e edificações de porte, considerando a possibilidade de ocorrência de solos colapsíveis e de suscetibilidade aos processos erosivos;
- Fortalecer o controle de atividades que possam causar a introdução de espécies exóticas
- ou alóctones da ictiofauna em ambientes naturais;
- Prevenir e controlar processos erosivos em áreas onde se desenvolvem atividades agropecuárias;
- Fomentar a articulação dos proprietários rurais, instituições de pesquisa e órgãos do governo, para implementar projetos baseados em critérios técnico-científico visando a recuperação das reservas legais e áreas de preservação permanente;
- Implementar e fomentar estudos hidrogeológicos básicos para subsidiar o gerenciamento de recursos hídricos;
- Fomentar a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, quanto à qualidade e quantidade, assegurando sua preservação;
- Orientar e incentivar práticas de coleta e uso de águas pluviais e subterrâneas nos espaços rurais com dificuldades de acesso aos recursos hídricos;
- Controlar e fiscalizar atividades de turismo de pesca , com ênfase na aplicação de medidas de prevenção à pesca irregular;
- Controlar e fiscalizar as atividades de turismo adotando medidas preventivas para proteção de sítios arqueológicos, atrativos naturais e da cultura local;
- Preservar formações vegetais que protegem as escarpas da Chapada dos Guimarães, conforme legislação ambiental vigente, implantando mecanismos de fiscalização e controle mais efetivos;
- Ordenar, regularizar e fiscalizar a atividade mineraria , promovendo sua exploração sustentável, conforme legislação ambiental vigente;

- Incentivar iniciativas de recuperação de passivos ambientais de origem garimpeira através de parcerias entre instituições de pesquisa, de governo e a sociedade;
- Controlar e fiscalizar as atividades de impacto sobre a cobertura vegetal em áreas com predisposição à erosão;
- Fortalecer o controle das atividades desenvolvidas em áreas frágeis, visando à prevenção, proteção e recuperação de danos ao ambiente;
- Priorizar o uso sustentável de pastagens nativas, visando conservar o ambiente natural no entorno do reservatório da barragem com aproveitamento múltiplo (APM) de Manso.

#### **SUBCATEGORIA 2.4. Áreas que requerem manejo específico em ambientes com elevada fragilidade**

Compreende as áreas onde a base de recursos naturais é limitada e as fragilidades naturais do ambiente são elevadas requerendo que a ocupação e o sistema de manejo para a exploração dos recursos sejam adequados à capacidade de suporte do ambiente, tendo em vista a sustentabilidade das atividades nelas realizadas.

As áreas enquadradas na Subcategoria 2.4. apresentam uma ou mais das características abaixo:

- Substrato rochoso com elevado potencial à erosão concentrada, devido ao grau de desagregabilidade de seus componentes, aos controles litológicos, fraturas, espessura das coberturas superficiais;
- Modelado do relevo marcado pela elevada dissecação da rede de drenagem e declividades muito elevadas das vertentes;
- Solos com elevada suscetibilidade à erosão, decorrente do grau de desagregabilidade e coesão das partículas, da estrutura, da relação textural entre os horizontes, da profundidade do solo e da baixa relação entre infiltração e escoamento das águas de chuva;
- Tipos de cobertura vegetal com capacidade de proteção do solo limitada, em face do regime pluviométrico regional concentrado, tais como áreas de culturas anuais e de desenvolvimento de pecuária extensiva;
- Áreas onde a cobertura vegetal é marcada pelo contato de formações florestais e de cerrado, com potencial biótico ainda considerável, mas que se encontram alteradas pelo uso e manejo inadequados;
- Áreas com cobertura vegetal de floresta, mas que se encontram alteradas pelo uso e manejo inadequados.

### **Zona 2.4.9. Áreas que Requerem Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais em Relevos Rampeados das Bordas do Planalto dos Guimarães, na Área de Influência do Polo Regional de Cuiabá/Várzea Grande**

Esta zona corresponde a USEE 51 – Pé da Serra Norte, de pequena extensão, porém nesta zona faz-se referência às diretrizes para a área urbana de Chapada dos Guimarães.

#### **Indicação:**

Indicada à preservação de formações vegetais que protegem as escarpas do Planalto dos Guimarães, ao incentivo ao ecoturismo, à pecuária extensiva em pastagem natural na região de entorno do Reservatório do Aproveitamento Múltiplo de Manso, ao ordenamento da atividade mineraria em moldes empresariais. Recuperação de áreas degradadas por processos erosivos.

#### **Diretrizes específicas**

##### **Sociais**

- Implementar programa de saúde pública e vigilância ambiental , prevenção e controle de doenças, em especial as zoonoses e as endêmicas de veiculação hídrica;
- Estabelecer parcerias com os governos Federal e Municipal para disponibilizar energia elétrica às áreas rurais, agregando valor à produção e melhoria da qualidade de vida, bem como a capacitação para a utilização da energia como fator de produção;
- Implementar saneamento ambiental na sede urbana de Chapada dos Guimarães, especialmente referente à coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos doméstico, hospitalar e esgoto, e à educação ambiental para a redução do lixo;
- Fortalecer as funções sociais na sede urbana de Chapada dos Guimarães, dotando-a de infraestrutura, equipamentos e serviços sociais, especialmente de saneamento ambiental;
- Proteger os meios de vida e a cultura de populações tradicionais como pantaneiros, retireiros, seringueiros, morroquianos e outras.

##### **Econômicas**

- Incentivar a melhoria da capacidade de suporte das pastagens já existentes e a recuperação das pastagens degradadas, preferencialmente com a integração lavoura-pecuária;

- Implementar infraestruturas de transporte para apoio à produção, melhorando condições de trafegabilidade das rodovias federais, estaduais e municipais, implantando sistema de drenagem e contenção de águas pluviais para o controle dos processos erosivos;
- Estabelecer e viabilizar programa de manejo integrado de microbacias, destinado à contenção de processos erosivos, descompactação, correção do solo, readequação de estradas, rotação de culturas, implantação de curva de nível e/ou terraceamento, drenagem de águas pluviais e demais práticas de conservação do solo, visando a melhoria da produtividade nas propriedades rurais e sua qualidade ambiental;
- Incentivar o desenvolvimento de usos alternativos como: criação de pequenos animais, avicultura, piscicultura, fruticultura, pecuária leiteira, horticultura orgânica, apicultura, meliponicultura, artesanato com produtos naturais, dentre outros, para internalização da renda de pequenos e médios produtores;
- Reforçar e melhorar a infraestrutura urbana de apoio a produção e ao turismo, visando a expansão e intensificação das atividades dos setores secundário e terciário;
- Fomentar e incentivar a regularização e fiscalização de empreendimentos minerários em parceria com órgãos competentes e municípios envolvidos, de modo a combater a evasão fiscal e a comercialização clandestina de bens minerais, além do alto índice de informalidade;
- Implementar nas comunidades de pescadores profissionais artesanais a prática do manejo comunitário da pesca, tendo a divulgação dos acordos de pesca como um dos instrumentos;
- Fortalecer as atividades secundárias (pequenas indústrias) e terciárias, como alternativas de desenvolvimento econômico no núcleo urbano de Chapada dos Guimarães;
- Garantir e fomentar o aproveitamento sustentável da oferta de pastagens nativas na atividade pecuária;
- Fomentar a cadeia produtiva do pescado junto às colônias de pescadores, com o intuito de garantir a agregação de valor ao produto e uso sustentável do recurso;
- Readequar o uso da terra, incentivando a agropecuária familiar, com ênfase na diversificação da produção e incorporação do agroextrativismo, através de melhorias tecnológicas, fruticultura e agroindústria associada, utilizando sistemas de manejo conservacionistas de solo e água;
- Incentivar e promover estudos de biodiversidade, visando a identificação, avaliação de potencial, conservação e uso sustentável de novos produtos do Cerrado para geração de emprego e renda às populações locais.

## **Ambientais**

- Incentivar e orientar o reflorestamento com espécies nativas nas áreas desmatadas para fins agropecuários e que atualmente estejam sem destinação produtiva;
- Garantir a conservação e recuperação da qualidade ambiental dos formadores dos rios Manso e Cuiabá;
- Implementar programas de educação ambiental , envolvendo os segmentos sociais, visando sensibilizar e capacitar a população que vive no entorno dos rios Manso e Cuiabá, e também em seus formadores, sobre a importância de sua preservação;
- Fortalecer o controle de atividades que possam causar a introdução de espécies exóticas ou alóctones da ictiofauna em ambientes naturais;
- Prevenir e controlar processos erosivos em áreas onde se desenvolvem atividades pecuárias;
- Orientar e incentivar práticas de coleta e uso de águas pluviais e subterrâneas nos espaços rurais com dificuldades de acesso aos recursos hídricos;
- Controlar e fiscalizar atividades de turismo de pesca, com ênfase na aplicação de medidas de prevenção à pesca irregular;
- Controlar e fiscalizar as atividades de turismo adotando medidas preventivas para proteção de sítios arqueológicos, atrativos naturais e da cultura local;
- Fortalecer o controle das ações de soltura (reintrodução, translocação, devolução e revigoramento) de espécies da fauna silvestre em ambientes naturais, e orientar para que essas ações sejam baseadas em critérios técnico-científico;
- Controlar e fiscalizar a atividade de extração mineral para construção civil, obedecendo a legislação ambiental vigente e garantindo a recuperação e conservação das paisagens degradadas;
- Incentivar a implantação de instrumentos econômicos para remuneração de serviços ambientais através da manutenção das florestas e savanas primárias e secundárias com composição e estrutura semelhantes às primárias;
- Preservar formações vegetais que protegem as escarpas das bordas da Chapada dos Guimarães, conforme legislação ambiental vigente, implantando mecanismos de fiscalização e controle mais efetivos;
- Ordenar, regularizar e fiscalizar a atividade mineraria, promovendo sua exploração sustentável, conforme legislação ambiental vigente;
- Priorizar o uso sustentável de pastagens nativas , visando conservar o ambiente natural no entorno do reservatório da barragem com aproveitamento múltiplo (APM) de Manso.

#### **Zona 2.4.10. Áreas que Requerem Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações de Cerrado do Entorno do Reservatório do Aproveitamento Múltiplo de Manso, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá**

Esta zona corresponde a USEE 52 – Sul de Nova Brasil, de pequena extensão, ocupa predominantemente área rural de Chapada dos Guimarães.

##### **Indicação:**

Indicada à preservação de formações vegetais que protegem as escarpas do Planalto dos Guimarães, ao incentivo ao ecoturismo, à pecuária extensiva em pastagem natural e da agropecuária, em condições adequadas de relevo e solos, com adoção de técnicas de manejo de solos e água e contenção desta atividade em solos arenosos, em função da baixa capacidade de suporte e suscetibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Não admitida a agricultura tecnificada. Indicada à implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.

##### **Diretrizes específicas**

###### **Social**

- Estabelecer parcerias com os governos Federal e Municipal para disponibilizar energia elétrica às áreas rurais, agregando valor à produção e melhoria da qualidade de vida, bem como a capacitação para a utilização da energia como fator de produção.

###### **Econômicas**

- Incentivar a melhoria da capacidade de suporte das pastagens já existentes e a recuperação das pastagens degradadas, preferencialmente com a integração lavoura-pecuária;
- Implementar infraestruturas de transporte para apoio à produção, melhorando condições de trafegabilidade das rodovias estaduais e municipais, implantando sistema de drenagem e contenção de águas pluviais para o controle dos processos erosivos;
- Estabelecer e viabilizar programa de manejo integrado de microbacias, destinado à contenção de processos erosivos, descompactação, correção do solo, readequação

de estradas, rotação de culturas, implantação de curva de nível e/ou terraceamento, drenagem de águas pluviais e demais práticas de conservação do solo, visando a melhoria da produtividade nas propriedades rurais e sua qualidade ambiental;

- Incentivar o desenvolvimento de usos alternativos como: criação de pequenos animais, avicultura, piscicultura, fruticultura, pecuária leiteira, horticultura orgânica, apicultura, meliponicultura, artesanato com produtos naturais, dentre outros, para internalização da renda de pequenos e médios produtores;
- Garantir e fomentar o aproveitamento sustentável da oferta de pastagens nativas na atividade pecuária;
- Incentivar e promover estudos de biodiversidade , visando a identificação, avaliação de potencial, conservação e uso sustentável de novos produtos do Cerrado para geração de emprego e renda às populações locais.

### **Ambientais**

- Admitir usos agropecuários apenas em condições morfopedológicas adequadas, com aplicação de técnicas de manejo, não sendo admitido o fomento e incentivo às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos adequados, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica;
- Incentivar e orientar o reflorestamento com espécies nativas nas áreas desmatadas para fins agropecuários e que atualmente estejam sem destinação produtiva;
- Garantir a conservação e recuperação da qualidade ambiental dos formadores dos rios Manso e Roncador;
- Implementar programas de educação ambiental , envolvendo os segmentos sociais, visando sensibilizar e capacitar a população que vive no entorno dos rios Manso e Roncador, e também em seus formadores, sobre a importância de sua preservação;
- Orientar e incentivar práticas de coleta e uso de águas pluviais e subterrâneas nos espaços rurais com dificuldades de acesso aos recursos hídricos;
- Controlar e fiscalizar atividades de turismo de pesca , com ênfase na aplicação de medidas de prevenção à pesca irregular;
- Controlar as atividades de turismo adotando medidas preventivas para proteção de atrativos naturais e da cultura local;
- Incentivar a implantação de instrumentos econômicos para remuneração de serviços ambientais através da manutenção das florestas e savanas primárias e secundárias com composição e estrutura semelhantes às primárias;

- Priorizar o uso sustentável de pastagens nativas , visando conservar o ambiente natural no entorno do reservatório da barragem com aproveitamento múltiplo (APM) de Manso.

### **CATEGORIA 3. Áreas protegidas**

Compreende as áreas legalmente instituídas até a data da publicação desta lei, relativas às Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Terras de Quilombo , as quais regem-se pelas respectivas normas de criação e demais dispositivos legais pertinentes, e às Unidades de Conservação propostas para implantação, que obedecem a relevância ecológica tratada no âmbito do ZSEE-MT.

#### **SUBCATEGORIA 3.1. Áreas protegidas criadas**

Compreende as Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

##### **Zona 3.1.2. Unidades de Conservação**

Compreende 08 Unidades de Conservação em Chapada dos Guimarães, sendo 03 de proteção integral e 05 de uso sustentável, legalmente instituídas até a presente data:

##### **Subzona 3.1.2.a - Unidades de Conservação de Jurisdição Federal**

###### **Proteção Integral**

Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; Parque Nacional do Juruena.

###### **Uso Sustentável**

Patrimônio Natural Hotel Mirante;

Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Mata Fria.

##### **Subzona 3.1.2.b - Unidades de Conservação de Jurisdição Estadual**

###### **Proteção Integral**

Estação Ecológica Rio da Casca I.

###### **Uso Sustentável**

Área de Proteção Ambiental da Chapada dos Guimarães;

Área de Proteção Ambiental do Rio da Casca;

Estrada Parque Chapada dos Guimarães.



### **Subzona 3.1.2.c - Unidades de Conservação de Jurisdição Municipal**

#### **Proteção Integral**

Parque da Cabeceira do Coxipozinho;

#### **Diretrizes comuns a todas as unidades de conservação**

- Controlar e fiscalizar o uso de agrotóxicos e afins na área de amortecimento das Unidades de Conservação;
- Priorizar que a reserva legal de propriedades limítrofes às Unidades de Conservação sejam estabelecidas no contato com as mesmas;
- Fomentar a implementação e gestão das Unidades de Conservação conforme Sistema Estadual e Nacional de Unidades de Conservação, promovendo a regularização fundiária;
- Proteger e implementar ações de controle ambiental das Unidades de Conservação e suas áreas de amortecimento, exigindo a elaboração do EIA/RIMA, quando necessário, para projetos públicos e privados localizados nestas áreas, garantindo a integridade das Unidades de Conservação, conforme legislação vigente.

### **SUBCATEGORIA 3.3. Terras de quilombo**

Compreende as Terras de Quilombo.

#### **Zona 3.3.1. Terras de Quilombo**

Compreende 01 Terra de Quilombo legalmente instituídas até a presente data:

Terra de Quilombo Lagoinha de Baixo.

#### **Diretrizes**

- Fomentar programas de fortalecimento de atividades culturais e artesanais das comunidades quilombolas;
- Proteger os meios de vida e a cultura das comunidades quilombolas;
- Apoiar as comunidades quilombolas em iniciativas de manejo sustentável dos recursos naturais;
- Implementar programas de saúde nas comunidades quilombolas priorizando a utilização de plantas medicinais da região e ampliação do programa de saúde familiar;
- Incentivar o processo de demarcação das terras de quilombo das comunidades

já reconhecidas pela Fundação Palmares;

- Fomentar econômicas para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental das comunidades quilombolas, em concordância com a cultura de cada grupo e legislação ambiental vigente;
- Implementar programas assistência social e à saúde nas comunidades quilombolas;
- Incentivar a criação de centros educacionais “on line” nas comunidades quilombolas, voltados à inclusão digital, ao ensino superior e profissionalizante, com a implantação de cursos voltados as necessidades dos grupos quilombolas;
- Implementar ações de prevenção às invasões nas comunidades quilombolas;
- Fomentar a difusão da cultura e manifestações das comunidades quilombolas para o desenvolvimento de programas de turismo;
- Implementar programas de proteção, respeito e apoio as comunidades quilombolas, priorizando a valorização da sua cultura como parte da diversidade cultural e promovendo ações contra a desigualdade social;
- Implementar programas para valorização da diversidade etnocultural, fortalecimento e revitalização da identidade quilombola;
- Implementar programas para garantir a integridade do patrimônio territorial, ambiental e cultural e para a melhoria da qualidade de vida;
- Implementar programas para a valorização econômica da produção quilombola com a criação de centro de divulgação e comercialização dos produtos artesanais;
- Promover implantação de sistemas agrossilvipastoris e agroextrativistas nas comunidades quilombolas para promoção da agricultura familiar;
- Implantar políticas públicas educacionais que respeitem as comunidades quilombolas e que possibilitem o ingresso e permanência de seus integrantes nas universidades.